

**Presidenta da República:** Dilma Rousseff

**Ministério do Trabalho e Emprego - Ministro de Estado do Trabalho e Emprego:** Carlos Daudt Brizola

**Secretário Executivo:** Paulo Roberto dos Santos Pinto

**Secretaria Nacional de Economia Solidária - Secretário Nacional de Economia Solidária:** Paul Israel Singer

**Secretário Adjunto:** Roberto Marinho Alves da Silva

**Chefe de Gabinete:** Daniela Gomes Metello

**Diretor do Departamento de Estudos e Divulgação:** Valmor Schiochet

**Diretor do Departamento de Fomento à Economia Solidária:** Manoel Vital de Carvalho Filho

**Coordenadora Geral de Promoção e Divulgação:** Regilane Fernandes da Silva

**Coordenador Geral de Comércio Justo e Solidário:** Antônio Haroldo Pinheiro

## **CÁRITAS BRASILEIRA**

**Endereço:** SGAN – Av. L2 Norte  
Quadra 601, Módulo F  
CEP:70830-010 / Brasília - DF  
**Site:** www.caritas.org.br  
**E-mail:** caritas@caritas.org.br  
**Telefone:** +55-61-3521-0350  
**Fax:** +5561-3521-0377

## **DIRETORIA**

**Presidente:** D. Flávio Giovanale  
**Vice-Presidente:** Anadete Gonçalves Reis  
**Diretor Secretário:** Pe. Evaldo Praça Ferreira  
**Diretor Tesoureiro:** Agnaldo Luiz de Lima  
Coordenação Colegiada  
**Diretora Executiva Nacional:** Maria Cristina dos Anjos da Conceição  
**Coordenador:** Jaime Conrado de Oliveira  
**Coordenador:** Luiz Cláudio Mandela

Realização:



Apoio:

Parceria:



Secretaria Nacional de  
**Economia Solidária**

Ministério do  
**Trabalho e Emprego**



# **ECONOMIA SOLIDÁRIA:**

## **DOCUMENTOS, TRAJETÓRIAS E ORGANIZAÇÃO DO MOVIMENTO**



### **Projeto Nacional de Formação em Economia Solidária - CFES Nacional**

Ademar Bertucci

Ivette Tatiana Castilla

Rosana Kirsch

### **Elaboração desta publicação**

Ademar Bertucci

Rosana Kirsch

**Edição:** Cooperativa Catarse – Coletivo de Comunicação

**Revisão:** Paula Coruja e Rosana Kirsch

**Projeto gráfico e diagramação:** Rafael Corrêa e Anderson Campos

**Impressão:** Ideograf

**Tiragem:** 1.300 cópias

**Foto da Capa:** Bordado do Empreendimento Misturando Arte

(Porto Alegre, RS)

Agradecemos ao Fórum Brasileiro de Economia Solidária pela disponibilização dos textos para esta publicação e a cada educador-a que participou das atividades do CFES Nacional, pois contribuíram a partir de suas realidades e reflexões para a produção desta publicação.

Para o texto “Economia solidária: documentos, trajetórias e organização do movimento” especialmente agradecemos as contribuições de Genauto França Filho, Dione Manetti, Geraldo Gasparin/ MST que estiveram na Oficina sobre Formação Política e Economia Solidária e tornaram possível a elaboração do texto. Agradecemos também a Luiz Claudio Mandela quem revisou o texto do MST. E, agradecemos Daniel Tygel pelos diálogos durante a preparação desta publicação.

É permitida a reprodução integral ou parcial para fins não comerciais desde que citada a fonte.

Disponível para download em [www.cirandas.net/cfes-nacional](http://www.cirandas.net/cfes-nacional)

O conteúdo deste texto não reflete necessariamente a opinião do Ministério do Trabalho e Emprego.

Brasília, agosto de 2012.

## **ECONOMIA SOLIDÁRIA:** DOCUMENTOS, TRAJETÓRIAS E ORGANIZAÇÃO DO MOVIMENTO

## SUMÁRIO

### APRESENTAÇÃO

#### CARTA DE PRINCÍPIOS DO FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

SUGESTÃO DE ATIVIDADE

#### A ORGANIZAÇÃO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

EXEMPLOS DAS PRÁTICAS NA ECONOMIA SOLIDÁRIA

ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL

ECONOMIA SOLIDÁRIA PELO MUNDO

COMO SE ENVOLVER NA ECONOMIA SOLIDÁRIA

SUGESTÃO DE ATIVIDADE

#### TRAJETÓRIAS E CONCEPÇÕES: DIFERENTES OLHARES SOBRE A ECONOMIA SOLIDÁRIA

ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA: O COMPROMISSO DA IGRAJA

PARTIDO DOS TRABALHADORES – CORRENTE DEMOCRACIA SOCIALISTA

UNIVERSIDADE E A ECONOMIA SOLIDÁRIA

LUTAS NO CAMPO: ECONOMIA SOLIDÁRIA E MST

SUGESTÃO DE ATIVIDADE

#### ECONOMIA SOLIDÁRIA: IDENTIDADE, PROJETOS POLÍTICOS E POLÍTICAS PÚBLICAS

BALANÇO E PRINCIPAIS RESULTADOS DAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS SOBRE O PL 86

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS EM MAIO E JUNHO DE 2011

IDENTIDADE DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

DISTINÇÃO ENTRE A ECONOMIA SOLIDÁRIA E A MICRO E PEQUENA EMPRESA

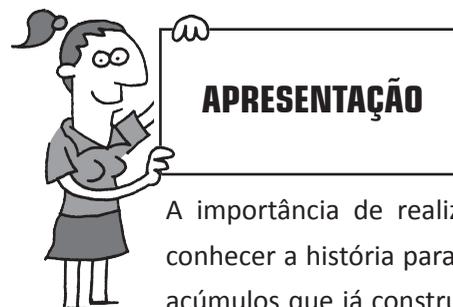
A QUESTÃO DA LEGISLAÇÃO NA ECONOMIA SOLIDÁRIA

CAMPANHA PELA LEI DE INICIATIVA POPULAR DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

SUGESTÃO DE ATIVIDADE

#### DIÁLOGOS E CONVERGÊNCIAS – CARTA DE SALVADOR

SUGESTÃO DE ATIVIDADE



03

06

17

22

23

26

28

31

34

37

38

44

49

57

64

66

72

72

73

77

78

80

82

86

102

A importância de realizar processos de formação, de conhecer a história para transformá-la e de socializar os acúmulos que já construímos até aqui é o que motiva a publicação desta cartilha.

Os textos aqui apresentados são fruto da elaboração coletiva de diferentes processos e espaços da Economia Solidária.

Iniciamos com a Carta de Princípios do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), aprovada na III Plenária Nacional, em 2003: documento base do movimento no Brasil que afirma nosso projeto e faz a diferenciação de nossa proposta de transformação em relação a outras iniciativas que querem apenas a reforma do sistema que vivemos.

O texto “A organização da Economia Solidária” tem duas partes: a primeira foi elaborada pelo FBES para a Campanha pela Lei da Economia Solidária e o tema Economia Solidária no Mundo é fruto da Oficina sobre Formação Política em Economia Solidária – 2º Módulo realizada pelo Centro de Formação Nacional de Economia Solidária (CFES Nacional), em outubro/2011.

O texto “Trajetórias e concepções: diferentes olhares sobre a Economia Solidária” foi escrito a partir das contribuições e debate ocorrido em agosto/2011, no 1º Módulo da Oficina sobre Formação Política em Economia Solidária, realizado pelo CFES Nacional. Os

dois módulos da Oficina foram realizados em parceria com a Escola Nacional Florestan Fernandes, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, com a participação de educadores(as) integrantes do FBES de todo o país. Foi um momento rico de debate, reflexão e parceria com o MST.

O capítulo seguinte, Economia Solidária: identidade, projeto político e políticas públicas, tem dois textos elaborados pelo FBES: o primeiro é fruto das audiências públicas sobre o Projeto de Lei 865, de criação da Secretaria Especial de Micro e Pequenas Empresas no governo federal, realizadas em 2011. Essa parte do texto é a síntese das audiências, que foi enviada à Presidência da República, sendo que o texto completo também traz propostas de espaço institucional para a Economia Solidária no nível federal. O texto “A Questão da Legislação na Economia Solidária” é parte da cartilha da Campanha pela Lei da Economia Solidária.

Por fim, a Carta de Salvador é o resultado do processo de Diálogos e Convergências, que desde os territórios realizou atividades de articulação entre movimentos sociais e promoveu um grande encontro na Bahia em setembro/ 2011.

Para cada capítulo, propõem-se atividades formativas para serem realizadas em coletivos (fórum, redes, empreendimentos, organizações). São sugestões, no entanto a realidade e a criatividade de cada coletivo, certamente, trará outras possibilidades de leituras, estudos e prioridades. Enquanto proposta de percurso formativo, a cartilha pode ser trabalhada no seu conjunto, com momentos de

encontros do coletivo para percorrer cada texto e atividade. Nesta caminhada pelo percurso proposto na cartilha, o objetivo é avançar na organização da Economia Solidária, tendo os fóruns como espaços de articulação das experiências de um território, de incidência junto ao poder público para garantia de políticas públicas e de potencializar convergências com outros movimentos sociais.

Este é o momento do movimento de Economia Solidária consolidar sua organização a partir de análises críticas da realidade em que vivemos, do seu papel neste contexto e de fazer outra economia acontecer: são tarefas que temos que assumir para fortalecer nossa identidade, consolidar um projeto político e avançarmos na ação junto com outros movimentos sociais que caminham junto na proposição de alternativas, fazendo a resistência e denunciando as ações de exploração e morte que ainda persistem.

## CARTA DE PRINCÍPIOS DO FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA



Em junho de 2003, a III Plenária Nacional da Economia Solidária, após debates em 18 estados brasileiros, aprovou a Carta de Princípios abaixo. Essa carta pretende ser a identidade do Fórum Brasileiro da Economia Solidária (FBES), criado naquela ocasião. O texto tem 3 partes distintas que se complementam: a história e o momento atual; os princípios gerais e específicos; o que a Economia Solidária não é.

### ORIGEM E CENÁRIO ATUAL

A Economia Solidária ressurgiu hoje como resgate da luta histórica dos(as) trabalhadores(as), como defesa contra a exploração do trabalho humano e como alternativa ao modo capitalista de organizar as relações sociais dos seres humanos entre si e destes com a natureza.

Nos primórdios do capitalismo, as relações de trabalho assalariado – principal forma de organização do trabalho nesse sistema – levaram a um tal grau de exploração do trabalho humano que os(as) trabalhadores(as) organizaram-se em sindicatos e em empreendi-

mentos cooperativados. Os sindicatos como forma de defesa e conquista de direitos dos(as) assalariados(as) e os empreendimentos cooperativados, de autogestão, como forma de trabalho alternativa à exploração assalariada.

As lutas, nesses dois campos, sempre foram complementares; entretanto a ampliação do trabalho assalariado no mundo levou a que essa forma de relação capitalista se tornasse hegemônica, transformando tudo, inclusive o trabalho humano, em mercadoria.

As demais formas (comunitárias, artesanais, individuais, familiares, cooperativadas, etc.) passaram a ser tratadas como “resquícios atrasados” que tenderiam a ser absorvidas e transformadas cada vez mais em relações capitalistas.

A atual crise do trabalho assalariado, desnuda de vez a promessa do capitalismo de transformar a tudo e a todos(as) em mercadorias a serem ofertadas e consumidas num mercado equalizado pela “competitividade”.

Milhões de trabalhadores(as) são excluídos dos seus empregos, amplia-se cada vez o trabalho precário, sem garantias de direitos. Assim, as formas de trabalho chamadas de “atrasadas” que deveriam ser reduzidas, se ampliam ao absorver todo esse contingente de excluídos.

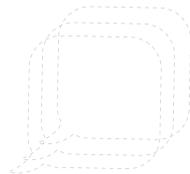
Hoje, no Brasil, mais de 50% dos(as) trabalhadores(as) estão sobrevivendo de trabalho à margem do setor capitalista hegemônico, o

das relações assalariadas e “protegidas”. Aquilo que era para ser absorvido pelo capitalismo, passa a ser tão grande que representa um desafio cuja superação só pode ser enfrentada por um movimento que conjugue todas essas formas e que desenvolva um projeto alternativo de Economia Solidária.

Neste cenário, sob diversos títulos - Economia Solidária, economia social, “socioeconomia” Solidária, “humanoeconomia”, economia popular e solidária, economia de proximidade, economia de comunhão, etc, têm emergido práticas de relações econômicas e sociais que, de imediato, propiciam a sobrevivência e a melhora da qualidade de vida de milhões de pessoas em diferentes partes do mundo.

Mas seu horizonte vai mais além. São práticas fundadas em relações de colaboração solidária, inspiradas por valores culturais que colocam o ser humano como sujeito e têm a finalidade da atividade econômica, em vez da acumulação privada de riqueza em geral e de capital em particular.

As experiências, que se alimentam de fontes tão diversas como as práticas de reciprocidade dos povos indígenas de diversos continentes e os princípios do cooperativismo gerado em Rochdale, Inglaterra, em meados do século XIX, aperfeiçoados e recriados nos diferentes contextos socioculturais, ganharam múltiplas formas e maneiras de expressar-se.



## O QUE É A ECONOMIA SOLIDÁRIA: CONVERGÊNCIAS

### PRINCÍPIOS GERAIS:

Apesar dessa diversidade de origem e de dinâmica cultural, são pontos de convergência:

- a valorização social do trabalho humano,
- a satisfação plena das necessidades de todos como eixo da criatividade tecnológica e da atividade econômica,
- o reconhecimento do lugar fundamental da mulher e do feminino numa economia fundada na solidariedade,
- a busca de uma relação de intercâmbio respeitosa com a natureza, e os valores da cooperação e da solidariedade.



A Economia Solidária constitui o fundamento de uma globalização humanizadora, de um desenvolvimento sustentável, socialmente justo e voltado para a satisfação racional das necessidades de cada um e de todos os cidadãos da Terra seguindo um caminho intergeracional de desenvolvimento sustentável na qualidade de sua vida.

- O valor central da Economia Solidária é o trabalho, o saber e a criatividade humanos e não o capital-dinheiro e sua propriedade sob quaisquer de suas formas.
- A Economia Solidária representa práticas fundadas em relações de colaboração solidária, inspiradas por valores culturais que colocam o ser humano como sujeito e finalidade da atividade
- A Economia Solidária busca a unidade entre produção e reprodução, evitando a contradição fundamental do sistema capitalista, que desenvolve a produtividade, mas exclui crescentes setores de trabalhadoras (es) do acesso aos seus benefícios.
- A Economia Solidária busca outra qualidade de vida e de consumo, e isto requer a solidariedade entre as (os) cidadãos (os) do centro e os da periferia do sistema mundial.
- Para a Economia Solidária, a eficiência não pode limitar-se aos benefícios materiais de um empreendimento, mas se define também como eficiência social, em função da qualidade de vida e da felicidade de seus membros e, ao mesmo tempo, de todo o ecossistema.
- A Economia Solidária é um poderoso instrumento de combate à exclusão social, pois apresenta alternativa viável para a geração de trabalho e renda e para a satisfação direta das necessidades de todas (os), provando que é possível

organizar a produção e a reprodução da sociedade de modo a eliminar as desigualdades materiais e difundir os valores da solidariedade humana.

### PRINCÍPIOS ESPECÍFICOS

#### A) POR UM SISTEMA DE FINANÇAS SOLIDÁRIAS

- Para a Economia Solidária, o valor central é o direito das comunidades e nações à soberania de suas próprias finanças. São alguns dos elementos fomentadores de uma política autogestionária de financiamento do investimento, do nível local ao nacional:
  - Em nível local, micro, territorial: os bancos cooperativos, os bancos éticos, as cooperativas de crédito, as instituições de microcrédito solidário e os empreendimentos mutuários, todos com o objetivo de financiar seus membros e não concentrar lucros através dos altos juros, são componentes importantes do sistema socioeconômico solidário, favorecendo o acesso popular ao crédito baseados nas suas próprias poupanças.
  - Em nível nacional, macro, estrutural: a descentralização responsável das moedas circulantes nacionais e o estímulo ao comércio justo e solidário utilizando moedas comunitárias; o consequente empoderamento financeiro das comunidades; o controle e a regulação dos fluxos financeiros para

que cumpram seu papel de meio e não de finalidade da atividade econômica; a imposição de limites às taxas de juros aos lucros extraordinários de base monopólica, o controle público da taxa de câmbio e a emissão responsável de moeda nacional para evitar toda atividade especulativa e defender a soberania do povo sobre seu próprio mercado.

## **B) PELO DESENVOLVIMENTO DE CADEIAS PRODUTIVAS SOLIDÁRIAS**

A Economia Solidária permite articular solidariamente os diversos elos de cada cadeia produtiva, em redes de agentes que se apoiam e se complementam:

- articulando o consumo solidário com a produção, a comercialização e as finanças, de modo orgânico e dinâmico e do nível
- local até o global, a Economia Solidária amplia as oportunidades de trabalho e intercâmbio para cada agente sem afastar a atividade econômica do seu fim primeiro, que é responder às necessidades produtivas e reprodutivas da sociedade e dos próprios agentes econômicos;
- consciente de fazer parte de um sistema orgânico e abrangente, cada agente econômico busca contribuir para o progresso próprio e do conjunto, valorizando as vantagens cooperativas e a eficiência sistêmica, que resultam em melhor qualidade de vida

e trabalho para cada um e para todos;

- a partilha da decisão com representantes da comunidade sobre a eficiência social e os usos dos excedentes, permite que se faça investimentos nas condições gerais de vida de todas (os) e na criação de outras empresas solidárias, outorgando um caráter dinâmico à reprodução social;
- a Economia Solidária propõe a atividade econômica e social enraizada no seu contexto mais imediato, e tem a territorialidade e o desenvolvimento local como marcos de referência, mantendo vínculos de fortalecimento com redes da cadeia produtiva (produção, comercialização e consumo) espalhadas por diversos países, com base em princípios éticos, solidários e sustentáveis;
- a Economia Solidária promove o desenvolvimento de redes de comércio a preços justos, procurando que os benefícios do desenvolvimento produtivo sejam repartidos mais equitativamente entre grupos e países;
- a Economia Solidária, nas suas diversas formas, é um projeto de desenvolvimento destinado a promover as pessoas e coletividades sociais a sujeito dos meios, recursos e ferramentas de produzir e distribuir as riquezas, visando à suficiência em resposta às necessidades de todos e o desenvolvimento genuinamente sustentável.

### **C) PELA CONSTRUÇÃO DE UMA POLÍTICA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NUM ESTADO DEMOCRÁTICO**

- A Economia Solidária é também um projeto de desenvolvimento integral que visa à sustentabilidade, a justiça econômica, social, cultural e ambiental e a democracia participativa.
- A Economia Solidária estimula a formação de alianças estratégicas entre organizações populares para o exercício pleno e ativo dos direitos e responsabilidades da cidadania, exercendo sua soberania por meio da democracia e da gestão participativa.
- A Economia Solidária exige o respeito à autonomia dos empreendimentos e organizações das (os) trabalhadoras (es), sem a tutela de Estados centralizadores e longe das práticas cooperativas burocratizadas, que suprimem a participação direta das (os) cidadãos (os) trabalhadoras (es).
- A Economia Solidária, em primeiro lugar, exige a responsabilidade dos Estados nacionais pela defesa dos direitos universais das(os) trabalhadoras(es), que as políticas neoliberais pretendem eliminar.
- Preconiza um Estado democraticamente forte, empoderado a partir da própria sociedade e colocado a serviço dela, transparente e fidedigno, capaz de orquestrar a diversidade que a constitui e de zelar pela justiça social e pela realização dos direitos e das responsabilidades cidadãos de cada um (a) e de todos (as).

- O valor central é a soberania nacional num contexto de interação respeitosa com a soberania de outras nações. O Estado democraticamente forte é capaz de promover, mediante do diálogo com a sociedade, políticas públicas que fortalecem a democracia participativa, a democratização dos fundos públicos e dos benefícios do desenvolvimento.
- Assim, a Economia Solidária pode constituir-se em setor econômico da sociedade, distinto da economia capitalista e da economia estatal, fortalecendo o Estado democrático com a irrupção de novo ator social autônomo e capaz de avançar novas regras de direitos e de regulação da sociedade em seu benefício.

### **A ECONOMIA SOLIDÁRIA NÃO É**

- A Economia Solidária não está orientada para mitigar os problemas sociais gerados pela globalização neoliberal.
- A Economia Solidária rejeita as velhas práticas da competição e da maximização da lucratividade individual.
- A Economia Solidária rejeita a proposta de mercantilização das pessoas e da natureza à custa da espoliação do meio ambiente

terrestre, contaminando e esgotando os recursos naturais no Norte em troca de zonas de reserva no Sul.

- A Economia Solidária confronta-se contra a crença de que o mercado é capaz de autorregular-se para o bem de todos, e que a competição é o melhor modo de relação entre os atores sociais.
- A Economia Solidária confronta-se contra a lógica do mercado capitalista que induz à crença de que as necessidades humanas só podem ser satisfeitas sob a forma de mercadorias e que elas são oportunidades de lucro privado e de acumulação de capital.
- A Economia Solidária nega a competição nos marcos do mercado capitalista que lança trabalhador (a) contra trabalhador (a), empresa contra empresa, país contra país, numa guerra sem tréguas em que todos são inimigos de todos e ganha quem for mais forte, mais rico e, frequentemente, mais trapaceiro e corruptor ou corrupto.

A Economia Solidária é uma alternativa ao mundo de desemprego crescente, em que a grande maioria das (os) trabalhadoras (es) não controla nem participa da gestão dos meios e recursos para produzir riquezas e que um número sempre maior de trabalhadoras (es) e famílias perde o acesso à remuneração e fica excluído do mercado capitalista.



- A Economia Solidária busca reverter a lógica da espiral capitalista em que o número dos que ganham acesso à riqueza material é cada vez mais reduzido, enquanto aumenta rapidamente o número dos que só conseguem compartilhar a miséria e a desesperança.
- A Economia Solidária contesta tanto o conceito de riqueza como os indicadores de sua avaliação que se reduzem ao valor produtivo e mercantil, sem levar em conta outros valores como o ambiental, social e cultural de uma atividade econômica.
- A Economia Solidária não se confunde com o chamado Terceiro Setor que substitui o Estado nas suas obrigações sociais e inibe a emancipação das (os) trabalhadoras (es) enquanto sujeitos protagonistas de direitos. A Economia Solidária afirma a emergência de novo ator social, de trabalhadoras (es) como sujeitos históricos.

#### SUGESTÃO DE ATIVIDADE

A Carta de Princípios do Fórum Brasileiro de Economia Solidária é um documento base da nossa organização. Em 2003, ao elaborar esta carta, já se afirma a Economia Solidária como fundamento para um desenvolvimento territorial, sustentável e justo. Ao mesmo tempo, o texto diferencia as práticas e princípios da Economia Solidária das tentativas de reforma do capitalismo.

Sugere-se que antes de fazer a leitura da Carta de Princípios, se busque os primeiros registros de organização do coletivo (fórum, rede, empreendimento, entidade, órgão da gestão pública...) que está fazendo o percurso desta cartilha ou se dispondo a conhecer o documento-base do FBES. Estes registros – fotos, atas, relatórios, faixas, camisetas, cartazes, reportagens, etc - serão os materiais que irão compor o ambiente do encontro. Para isto, é fundamental preparar antes o momento, tendo uma equipe que organize o local onde o coletivo irá se encontrar, juntando, lendo e revisando esses registros, arrumando-os no centro do círculo onde o grupo estará.



Cada coletivo tem uma dinâmica de início de suas atividades: acolhida, apresentação das pessoas e da programação, músicas, poesias. Após este momento inicial, propõe-se que, a partir dos registros coletados para o encontro, busque trazer para a roda o que fez com que aquele grupo começasse a se organizar:

- O que motivou a primeira atividade?
- Quais as experiências de Economia Solidária que existiam naquele momento no coletivo?

- E hoje, o que faz o coletivo continuar sua organização – por que é importante fazer a Economia Solidária acontecer?

É importante que as informações e reflexões que acontecerem a partir das questões acima sejam registrados para que todas (os) acompanhem: anotação no quadro, em tarjeta, fazendo um mapa mental. Neste momento o objetivo é identificar o que fez e faz o coletivo existir e a sua compreensão sobre o significado da Economia Solidária.

Para o momento seguinte, apresenta-se a Carta de Princípios do FBES, informando que este documento foi escrito em 2003 no processo de organização do Fórum Brasileiro, sendo um documento orientador da organização da Economia Solidária no Brasil.

Aqui, sugere-se que o coletivo se divida em quatro grupos. Cada grupo lerá uma parte da Carta de Princípios do FBES:

- Origem e cenário atual
- O que a Economia Solidária é: convergências – princípios gerais
- Princípios específicos
- O que a Economia Solidária não é



Antes de começar a leitura do texto, o grupo definirá qual a melhor maneira de ler o documento para favorecer a compreensão e o debate de todas (os). Nesta leitura, o grupo irá ressaltar o que destaca no texto para levar para o coletivo: aquilo que o grupo considera mais importante e que afirma o que é a Economia Solidária.

Ao voltar para o coletivo, cada grupo apresenta os trechos que destacou. Após a apresentação de cada grupo, é importante fazer uma rodada sobre a compreensão de cada um (a) do coletivo sobre a leitura feita pelo grupo, percebendo se o está sendo trazido para o coletivo corresponde ao que o próprio coletivo entende e faz como Economia Solidária.

Para encerrar este momento, o coletivo poderá fazer um cartaz com as frases destacadas desta Carta de Princípios e que contribuem para o coletivo fortalecer sua organização.

Para momentos seguintes, a Carta de Princípios poderá ser orientadora para futuros estudos do coletivo.

- Caso o coletivo tenha uma Carta de Princípios, poderá fazer um encontro onde Carta de Princípios do FBES e do coletivo sejam debatidas, identificando o que está presente no cotidiano do coletivo e possíveis contradições existentes.

Para aprofundar alguns temas da Carta de Princípios do FBES, o coletivo poderá em outros encontros:

- fazer uma análise de conjuntura e comparar com o cenário apresentado na carta, identificando possíveis alterações e continuidades na reflexão feita em 2003 para a elaboração do documento;
- **analisar** a proposta de desenvolvimento territorial, sustentável, justo a partir do estudo da Carta de Princípios e dos Anais das Conferências Nacionais de Economia Solidária;
- elaborar um quadro comparativo das bandeiras da Economia Solidária a partir dos Princípios Específicos da Carta, da Plataforma da Economia Solidária, do relatório da IV Plenária Nacional de Economia Solidária e dos temas da Orientação das Ações proposta na V Plenária Nacional de Economia Solidária. Esta comparação poderá contribuir para o planejamento das ações do coletivo, ressaltando as práticas necessárias para a construção da Economia Solidária;
- e, certamente, outros encontros são possíveis de realizar a partir da realidade vivida pelo coletivo na perspectiva de avançarmos na nossa organização. Assim como a Carta de Princípios pode ser material de subsídio para discutir a Economia Solidária para além do coletivo - por exemplo, nas escolas e universidades, associações de bairro, em encontros com outros movimentos sociais, para inspirar a elaboração de textos para jornais, blogs, páginas da internet, divulgando a Economia Solidária.

## A ORGANIZAÇÃO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

A Economia Solidária tem raízes históricas nas experiências que valorizam o trabalho, e não o capital, com a contribuição para o desenvolvimento das capacidades humanas, com a gestão coletiva (autogestão) das atividades econômicas e com a partilha dos resultados do trabalho. As pessoas são consideradas no seu todo, na sua integralidade, sujeitos e fins da atividade econômica. Como definição, a Economia Solidária é colocada nos seguintes aspectos:

- Um **jeito de fazer a atividade econômica** de produção, oferta de serviços, comercialização, finanças ou consumo baseado na democracia e na cooperação, o que chamamos de autogestão: ou seja, na Economia Solidária não existe patrão nem empregados, pois todas (os) os (as) integrantes do empreendimento (associação, cooperativa ou grupo) são ao mesmo tempo trabalhadoras (es) e donas (os).
- Um **jeito de estar no mundo** e de consumir (em casa, em eventos ou no trabalho) produtos locais, saudáveis, da Economia Solidária, que não agridam o meio ambiente, que não tenham transgênicos (produtos geneticamente modificados) e nem beneficiem grandes empresas capitalistas.

- Um **movimento social**, que luta pela mudança da sociedade, por uma forma diferente de desenvolvimento que não seja baseado na concentração de renda e poder, nem nos latifúndios (grandes propriedades de terra) e acionistas. Mas um desenvolvimento para as pessoas e construído pela população a partir dos valores e prática da solidariedade, da democracia, da cooperação, da preservação ambiental e dos direitos humanos.

Por conta disso, a Economia Solidária também é uma estratégia para o desenvolvimento territorial, sustentável, diverso e solidário, para uma nova sociedade, com a geração de trabalho e distribuição das riquezas, mediante um crescimento econômico com a proteção dos ecossistemas e a valorização da vida, construída a partir dos atores e realidades locais.

Muitos trabalhadoras(es) estão na Economia Solidária para construir um mundo e uma vida digna, justa, socialista e solidária, contra o desemprego e a exclusão social gerados pelo capitalismo.

### EXEMPLOS DAS PRÁTICAS NA ECONOMIA SOLIDÁRIA

Alguns exemplos ajudam a conhecer e reconhecer a prática da Economia Solidária no nosso dia a dia:

**Empreendimentos de Economia Solidária (EES)**, ou seja, grupos produtivos coletivos onde as pessoas organizam o trabalho, decidem juntas seu caminho, dividem os resultados sem patrão nem empregados, respeitando o meio ambiente e diferenças de crença, de gênero, de geração, de raça e etnia. Podem estar ou não formalizadas em cooperativas, associações ou empresas autogeridas, ou seja, podem também ser grupos informais.

Os empreendimentos de Economia Solidária podem exercer vários tipos de atividade econômica, no campo ou na cidade, como catadores de materiais recicláveis, produção de alimentos saudáveis e agroecológicos (como verduras, legumes, temperos e refeições), confecções, artesanato, calçados, móveis, utensílios, artesanato, produtos de limpeza e higiene, materiais de construção, prestação de serviços e muito mais.

Também podem ser grupos sociais organizados coletivamente, como comunidades tradicionais e de fundo de pasto, quilombolas, indígenas, ribeirinhos e portadores de necessidades especiais.

**Bancos comunitários e fundos solidários** da própria comunidade, feito pelas pessoas e sem depender dos grandes bancos.

**Redes de produção, comercialização e consumo:** na produção, as pessoas se organizam para melhorar seu trabalho, realizar compras, melhorar a qualidade do produto, fazer cursos e atividades educativas. No consumo, as pessoas se unem para comprar alimentos e produtos produzidos pela própria Economia Solidária,

com melhor qualidade e um valor acessível. Na venda, se organizam para comercializar em conjunto, participar de feiras e acessar mercados justos e solidários.

**Feiras de troca:** organização do mercado local para a circulação da produção e do consumo, com uso de uma moeda criada pelas (os) participantes, a chamada moeda social.

**Empresas recuperadas autogestionárias:** na situação de falência de uma empresa, as (os) trabalhadoras (es) se organizam para manter seus postos de trabalho e a garantia de seus direitos. Deixam de serem empregados com patrão, para se tornarem cooperados, com a gestão igualitária e coletiva do trabalho.

**Entidades de apoio e assessoria:** desenvolvem diversas ações para o apoio direto junto aos empreendimentos de Economia Solidária, como formação política, capacitação e assessoria técnica, pesquisa, acompanhamento, fomento a crédito.

**Rede de gestores públicos de Economia Solidária:** gestores dos níveis municipal, estadual ou federal organizados e representados em rede, que elaboram, executam, implementam e/ou coordenam políticas públicas de Economia Solidária.

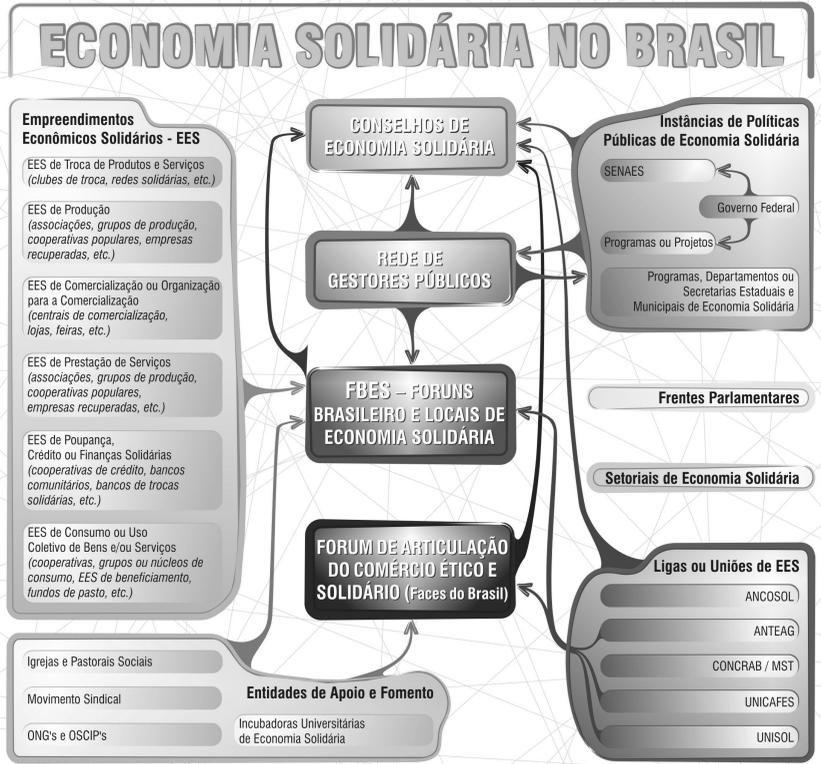
**Associações e entidades de representação** dos empreendimentos de Economia Solidária.

*Economia é todo dia, a nossa vida não é mercadoria!*

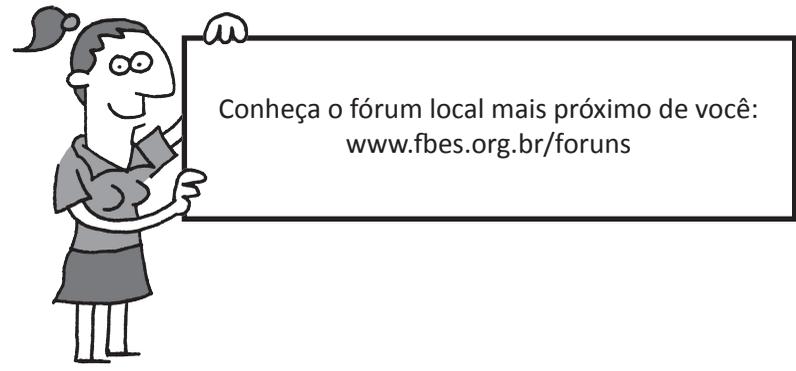
# ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL

O desenho abaixo mostra as principais organizações, articulações e dinâmicas da Economia Solidária no país, junto aos empreendimentos de Economia Solidária, o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), poder público, partidos, entidades de apoio e fomento e entidades de representação.

No FBES participam diversas representações da sociedade civil, como as ligas e uniões de empreendimentos, os próprios empreendimentos, entidades de apoio e a rede de gestores públicos. Os Conselhos de Economia Solidária também agregam representações semelhantes, mas, por serem espaços dos governos, podem ter uma maior participação dos poderes públicos. Outro espaço de articulação ocorre junto ao Comércio Justo e Solidário, com o Faces do Brasil. E, ainda, há partidos políticos e frentes parlamentares que tem como bandeira principal a Economia Solidária.



O Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) é um instrumento do movimento da Economia Solidária, um espaço de articulação e diálogo entre diversos atores e movimentos sociais pela construção da Economia Solidária como base fundamental de outro desenvolvimento sócio econômico do país que queremos.



## Finalidades do FBES

1. Representação, articulação e incidência na elaboração e acompanhamento de políticas públicas de Economia Solidária e no diálogo com diversos atores e outros movimentos sociais, buscando a confluência entre as forças existentes no movimento de Economia Solidária.

2. Apoio ao fortalecimento do movimento de Economia Solidária, a partir das bases, para que os fóruns municipais, regionais e estaduais sejam a força que move, pauta e aponta para a Economia Solidária como perspectiva de desenvolvimento sustentável, endógeno e solidário.

O FBES é composto por três segmentos do movimento de Economia Solidária: empreendimentos solidários, entidades de assessoria e fomento, e gestores públicos. E organiza-se através de fóruns locais (municipais, microrregionais e estaduais) de Economia Solidária.

## ECONOMIA SOLIDÁRIA PELO MUNDO<sup>1</sup>

A Economia Solidária acontece no Brasil e no mundo. Ao olhar para além de nosso país, percebe-se diferentes abordagens e práticas chamadas igualmente de Economia Solidária. Por exemplo, enquanto no Brasil há muitas iniciativas na produção artesanal e

agrícola, na Europa destacam-se os setores de serviços, gestão e turismo, e, no Canadá, a força está nas finanças solidárias. Num giro pelo mundo, é possível identificar elementos que caracterizam e diferenciam a Economia Solidária em outros países:

- **Autogestão:** este princípio caracteriza principalmente as experiências do Brasil e da América Latina, estando presente também em iniciativas canadenses.
- **Comunitário:** presente nos serviços locais voltados para o cuidado de crianças, idosos, enfermos de uma comunidade. Canadá, França e Luxemburgo têm experiências significativas neste aspecto.
- **Atividade econômica sem intenção de lucro:** elemento fundamental da Economia Solidária pelo mundo, prevalecendo o bem-viver, a pessoa acima do capital. No entanto, a atividade pode não ser autogestionária, como escolas onde os (as) donos (as) são as mães e pais, sendo as (os) professoras (es) funcionários (as).
- **Questão ambiental:** o Brasil se destaca com o movimento das (os) catadoras (es) enquanto agentes ambientais. Em outros países há iniciativas de recicladoras (es), produtoras (es) confecção e artesanatos com reaproveitamento dos materiais, consultorias em educação ambiental para escolas.
- **Organização indígena:** a organização do trabalho coletivo nas

<sup>1</sup> Este texto está baseado na contribuição de Daniel Tygel na Oficina sobre Economia Solidária e Formação Política – 2º Módulo.

comunidades indígenas é um elemento presente na América Latina e caracteriza a origem e inspiração da Economia Solidária. Experiências significativas podem ser encontradas no Brasil, Equador, Bolívia, Chile e no Quebec. No nosso país, a experiência de outras comunidades tradicionais, como quilombolas, ribeirinhos, faxinalenses e outros, também se identificam com a organização da Economia Solidária.

- **Autoajuda:** aspecto presente em experiências organizadas por mulheres na África, tendo presente também o cuidado com o meio ambiente.
- **Consumo:** o consumo solidário e coletivo tem iniciativas consolidadas na França, prevalecendo a relação direta com produtoras (es).

Conhecer as experiências que tornam a Economia Solidária realidade precisa ser colocado como mais uma de nossas tarefas, contribuindo para unirmos força com as iniciativas de comunidades e países ao mesmo tempo em que permite identificar qual o projeto de sociedade que já estamos construindo. Uma ferramenta que pode ajudar saber um pouco mais sobre a Economia Solidária em outros países é o ESS Global, que busca dar visibilidade mundial às experiências de Economia Solidária, com os mapeamentos do Brasil, Luxemburgo, Itália, França e Quebec disponíveis para consulta.

No campo da articulação política, a Rede Intercontinental de Promoção da Economia Social e Solidária (RIPESS) tem sido o espaço

de articulação de redes de Economia Solidária no mundo. É uma rede com participação dos cinco continentes, onde o FBES é parte integrante. No sul da América Latina integramos o Espaço por um Mercosul Solidário (EMS), articulação formada por **Brasil, Chile, Uruguai, Paraguai e Argentina, criada em 2006.**

## COMO SE ENVOLVER NA ECONOMIA SOLIDÁRIA

Se você ainda não está envolvida (o) permanentemente com as práticas da Economia Solidária, muitas são as formas de participar e contribuir. Veja algumas dicas:

- **Consumir com responsabilidade** é saber de onde vem o que compro, para onde vai o recurso que pago, que ciclo incentivo com minha compra. A sociedade que queremos depende também da opção de consumo de cada um (a). Saiba mais no site de buscas dos empreendimentos de Economia Solidária: [www.fbes.org.br/farejador](http://www.fbes.org.br/farejador), na Rede do Cirandas: [www.cirandas.net](http://www.cirandas.net) e na Plataforma Faces do Brasil [www.facesdobrasil.org.br](http://www.facesdobrasil.org.br)
- **Montar um empreendimento de Economia Solidária:** junte-se a pessoas de sua comunidade para organizar o trabalho coletivo-coletivamente, através da criação de um empreendimento de Economia Solidária, o que pode ser feito em qualquer atividade econômica, de produção de bens ou de prestação de serviços.

- **Participar dos Fóruns Locais de Economia Solidária:** atue para a organização do movimento de Economia Solidária junto com quem faz a Economia Solidária. Para a construção de uma outra economia é fundamental a organização e a articulação em rede.
- **Pressionar o poder público, vereadores e deputados** para que avance o apoio público às iniciativas solidárias, com a concretização de ações e com uma legislação que reconheça e apoie permanentemente estas práticas em cada localidade. Já há muitas leis municipais e estaduais no nosso país, mas, mesmo assim, muitas delas ainda estão só no papel.
- **Participar de outras campanhas e lutas sociais:** a perspectiva de construção de outro desenvolvimento baseado na cooperação, na vida e na solidariedade passa pela necessidade de várias mudanças fundamentais em nossa sociedade. Diversos outros movimentos sociais têm defendido bandeiras importantes que são totalmente convergentes com as da Economia Solidária, como os de mulheres, agroecologia, moradia, quilombolas, indígenas, soberania e segurança alimentar, reforma urbana, reforma do sistema político, reforma agrária, plataforma BNDES, entre outros. Destacamos algumas campanhas e mobilizações em curso:

- Campanha Permanente contra Agrotóxicos e a favor da vida: <http://contraagrototoxicosdf.wordpress.com>
- Campanha pela reforma do sistema político: <http://www.reformapolitica.org.br>

- Campanha pelo Fim dos Paraísos Fiscais: [www.fimaosparaissosfiscais.org](http://www.fimaosparaissosfiscais.org)
- Campanha Floresta faz a diferença: abaixo assinado contra o Código Florestal do Comitê Brasil em defesa das Florestas e do Desenvolvimento Sustentável: <http://www.florestafazadiferenca.org.br/assine>
- Comitê Popular da Copa: Estados que sediarão a Copa 2014 estão se organizando para o controle social público sobre as ações desse evento, garantindo direitos básicos à população
- Chega de violência e extermínio e jovens: <http://www.juventudeemmarcha.org>
- Campanha pela Reforma Agrária e pela regularização dos territórios quilombolas e indígenas, junto a vários movimentos sociais
- Campanha contra os transgênicos e pelo direito a biodiversidade, junto a vários movimentos sociais
- Campanha contra a MP458 e por uma regularização fundiária da Amazônia discutida junto à sociedade civil
- Associação de Amigos da Escola Nacional Florestan Fernandes: para manter viva a escola do MST e de todos (as) os trabalhadores (as): <http://www.amigosennff.org.br>
- Jornada de Lutas: MST e movimentos sociais: <http://www.mst.org.br>

- Jornada de Lutas: MST e movimentos sociais: <http://www.mst.org.br>
- Marcha das Margaridas: organizada pela Contag e movimentos feministas: <http://www.contag.org.br>
- Grito da Terra: organizado pela Contag
- Grito dos Excluídos: todo 7 de setembro, em Brasília-DF e nas capitais

#### SUGESTÃO DE ATIVIDADE



O texto “A Organização da Economia Solidária” é parte da Campanha pela Lei da Economia Solidária – Iniciativa Popular para um Brasil Justo e Sustentável e foi elaborado pelo FBES em 2011 e o trecho sobre Economia Solidária no Mundo.

Para a atividade proposta a seguir, o coletivo (fórum, rede, empreendimento, entidade de assessoria, órgão da gestão pública) que estiver realizando o percurso desta cartilha, ou o estudo deste texto, precisará preparar a atividade antecipadamente, criando um ambiente de acolhida e integração, expondo no local do encontro materiais que representem a Economia Solidária local: produtos, faixas, cartazes, cartilhas. Para abrir o encontro, um poema de Reginaldo Figueiredo, do grupo Templo da Poesia, de Fortaleza/ CE.

## ECONOMIA SOLIDÁRIA

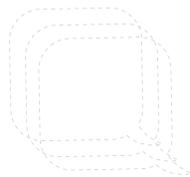
Ajudar-se mutuamente  
 Não é coisa do passado  
 Nem é moda do presente  
 É energia de todo o sempre  
 Necessita renovar-se  
 Valorizar-se sem medo,  
 Viver com alegria  
 Comprar na comunidade  
 O que ela mesma produz  
 Com menor esforço  
 Acender outras luzes  
 Prepare-te para viver bem  
 Com tudo que tens direito  
 Mantendo responsabilidade  
 Sempre terás respeito  
 Você é o que pensa ser  
 Se acreditares no que faz  
 Vai em frente  
 O sucesso é permanente  
 Na Economia Solidária  
 A gente fortalece o grupo  
 Não para ajudar ninguém  
 E sim para crescermos juntos.



A atividade proposta tem como objetivo identificar as práticas do coletivo que têm fortalecido a Economia Solidária e os desafios que se coloca para avançar na organização. Para este encontro, o texto poderá ser lido coletivamente, fazendo algumas pausas para debate:

- Como o coletivo percebe que tem praticado cada aspecto da Economia Solidária: um jeito de fazer a atividade econômica, um jeito de estar no mundo, um movimento social?
- Das experiências de Economia Solidária apresentadas no texto, quais estão presentes no coletivo?
- Há na região outras experiências de Economia Solidária que não fazem parte/não se relacionam com o coletivo? Como favorecer a articulação com estas outras experiências?
- Diante de um modelo de sociedade em crise econômica, ambiental, social, política, como percebem que os espaços de articulação internacional podem contribuir para construirmos um mundo de possibilidade de vida em cooperação e autogestão?
- Quais as ações concretas que o coletivo se propõe para avançar no compromisso com a Economia Solidária: individualmente e coletivamente?

O texto deste capítulo também poderá contribuir para que o coletivo revise ou elabore o seu regimento interno, registrando os compromissos para que a organização do coletivo avance nas suas ações.



## **TRAJETÓRIAS E CONCEPÇÕES: DIFERENTES OLHARES SOBRE A ECONOMIA SOLIDÁRIA**

Para falar de trajetórias e concepções sobre a Economia Solidária podemos trilhar diferentes caminhos que podem passar por leituras de livros e pesquisas, analisar experiências atuais ou estudar fatos históricos que envolvem o trabalho e organização da sociedade em autogestão. Neste texto, a opção está em ouvir diferentes atores que fazem parte do movimento, reconstruindo historicamente sua inserção neste campo, identificando o que mobilizou sua ação, explicitando sua compreensão de sociedade, destacando o papel da educação e os principais desafios para que a Economia Solidária avance.

Costuma-se identificar, simplificada, que a construção do movimento da Economia Solidária se faz a partir da confluência, ou contribuição, de algumas forças, vertentes cujas trajetórias vão se amalgamando: as organizações e lutas sindicais rurais (pela terra) ou urbanas (pelo trabalho), as forças populares (da educação popular, dos direitos, ONGs.), a Igreja militante (CEBs, pastorais sociais, Cáritas), as Universidades (pesquisa, incubação).

No texto a seguir, apresentamos como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Igreja (Cáritas), uma corrente partidária (DS/PT) e a Universidade afirmam a Economia Solidária.

Para esta reflexão, sabemos da importância de se ouvir outras organizações e movimentos sociais para nos apropriarmos das perspectivas existentes, como o campo sindical<sup>2</sup>, e, como educadoras(es), contribuirmos na construção desta outra economia. Ao mesmo tempo, é necessário reconhecer que há propostas para uma Economia Solidária que não estão dentro de uma ou outra força política aqui apresentadas, ou mesmo que se identifique enquanto uma organização. Assim, o exercício de conhecermos o nosso movimento é necessário e não se esgota neste texto.

### **ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA: O COMPROMISSO DA IGREJA**

Para abordar a relação da Igreja Católica com a Economia Solidária, retoma-se a construção da concepção da solidariedade: nas primeiras comunidades cristãs tudo era colocado em comum, exemplo que nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) buscou ser recuperado, nos anos 1960.

<sup>2</sup> Este tema foi parte do 1º Módulo da Oficina Nacional sobre Formação Política e Economia Solidária. Contou com a contribuição de Geraldo Gasparini, pelo MST, da coordenação da Escola Nacional Florestan Fernandes, Ademar Bertucci; da coordenação colegiada da Cáritas Brasileira, Dione Manetti; do Partido dos Trabalhadores/ Democracia Socialista; e Genauto França Filho, da Universidade Federal da Bahia, pelas universidades. Foi convidada para trazer a abordagem a partir do mundo sindical, também, a UNISOL.

Ao fazer uma retomada histórica, em 1902 foi constituída a primeira cooperativa rural, no Rio Grande do Sul. Naquela época, o atendimento espiritual era feito em visitas periódicas por religiosos itinerantes. Um destes religiosos era o padre Theodor Amstad, jesuíta e suíço, que nas visitas regulares identificou que além de assistência espiritual, os (as) moradores (as) da região necessitavam de urgente assistência social e econômica diante do fato do governo não ter cumprido com o apoio prometido. A partir da experiência de um pastor luterano, Friedrich Raiffeisen, de origem romena e que viveu na Alemanha, Theodor organizou diversas associações no interior do Estado. Uma delas foi a Caixa de Economia e Empréstimos Amstad de Nova Petrópolis, a primeira cooperativa de crédito do Brasil e mais antiga em funcionamento das Américas.

Na década de 1950, no Rio Grande do Norte, com influência do cardeal Dom Eugênio Sales, ocorre a mobilização para a organização de sindicatos e cooperativas no Brasil, havendo nesta iniciativa a perspectiva de evitar o avanço de organizações de esquerda. Por outro lado, entre 1950-60, organiza-se a Frente Nacional do Trabalho, que além de fazer a resistência ao capital a partir das fábricas, indicavam a organização de cooperativas como opção. Essa perspectiva foi desmontada durante a ditadura militar e, em 1969, cria-se a Organização das Cooperativas do Brasil (OCB).

Em 1964, há uma efervescência democrática com importante ação do movimento chamado solidarismo, que se apresentava como uma terceira opção: nem capitalismo, nem comunismo. O padre jesuíta

Fernando Bastos de Ávila foi um dos inspiradores do solidarismo no Brasil, que também visava o processo de organização e articulação das cooperativas na perspectiva de um movimento solidário. As CEBs originam-se de uma visão teológica diferenciada: a Teologia da Libertação, nas décadas de 1960-70.

Em 1981, no Nordeste, as forças sociais da igreja entenderam que era necessário pensar alternativas para as comunidades para sair do assistencialismo. A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), então, realiza um debate nacional em meio à ditadura e cria os Projetos Alternativos Comunitários (PACs) visando o desenvolvimento das comunidades. A Cáritas Brasileira, que é um organismo da CNBB, passou a assumir o papel de animação e articulação de fundos alternativos comunitários oriundos dos PACs. Porém, a Cáritas, enquanto organismo internacional, iniciou seu trabalho no Brasil na década de 1950 dentro da perspectiva de ação dos Estados Unidos de enfrentamento ao comunismo, realizando um trabalho assistencialista. A organização aprendeu com a ditadura militar, com a teologia da libertação, com Paulo Freire e incorporou o compromisso da crítica e a denúncia do modelo capitalista e de defesa de um projeto popular numa sociedade democrática. O capital nos prometia que todos seriam assalariados para nos tornarmos consumidores, mas continuamos com um enorme exército de reserva e as condições para o bem-viver continuam restritas a uma parcela da sociedade. Na caminhada, assim, a igreja assume a Economia Solidária como proposta de organização popular das (os) excluídos (as). O popular, na economia popular solidária, representa a perspectiva de classe, de opção pelo povo. Para a igreja, o protago-

nismo está nos empreendimentos, tendo como método de organização social a educação popular. A inspiração desta postura está no socialismo utópico, afirmado pela igreja militante

Foi na década 1990 que nasceu o nome economia popular solidária (EPS). Neste período, a Cáritas Nacional assumiu que tinha que dar um passo a mais em relação aos pequenos projetos isolados para trabalhar em redes. Neste contexto, e animado pelo Fórum Social Mundial (FSM), cria-se o Grupo de Trabalho Brasileiro da Economia Solidária (GT Brasileiro) com várias entidades. Foi neste espaço que se definiu o nome Economia Solidária para as experiências do Brasil. Posteriormente se acolheu o termo economia social e solidária. Nomes diferentes têm contribuições de práticas diferentes e trazem a concepção de que a Economia Solidária é construída da diversidade. Em dezembro de 2002, o GT Brasileiro organizou a I Plenária Nacional de Economia Solidária, onde o MST participou. Nesta Plenária afirmamos que a questão da solidariedade não pode ficar reduzida à criação das cooperativas, que precisa ir além de um marco legal. É um processo de construção de cultura da solidariedade, que envolve aspectos mais do que materiais.



Para saber mais:

Livro 20 anos de Economia Popular Solidária - a trajetória da Cáritas Brasileira dos PACs à EPS: A organização lançou este livro em 2003, contando sua experiência nas ações voltadas para a Economia Solidária e formulando os primeiros esboços de concepções sobre desenvolvimento.

Campanha da Fraternidade: Em 2010, a organização incidiu e animou a Campanha da Fraternidade Eucumênica com o tema Economia e Vida. Há textos elaborados pela igreja fazendo a crítica ao modelo econômico dominante e sobre Economia Solidária.

“Neste início de década de 2010 vivemos um processo de crescimento, com oportunidade de empregos no país, num processo desenvolvimentista nacional.” Esse é o discurso atual. Sendo necessário, façamos uma provocação, pois parece afirmação dos anos 1990, quando o neoliberalismo afirmava que estávamos no final da história, que a saída era melhorar as condições de vida e aperfeiçoar o capitalismo.

Neste contexto, a proposta de criação de uma Secretaria Especial para a Micro e Pequena Empresa, em março de 2011, nos levou a afirmar a identidade da Economia Solidária. E, sobretudo, as mulheres do movimento da Economia Solidária disseram não: não estamos querendo vender a nossa identidade pelo dinheiro disponível! Ou, parafraseando uma parábola da campanha da Fraternidade, não se pode servir a dois senhores.

Mostrou-lhe toda a região  
E apontando-a ao operário  
Fez-lhe esta declaração:  
- Dar-te-ei todo esse poder.

...  
Portanto, tudo o que vês  
Será teu se me adorares  
E, ainda mais, se abandonares  
O que te faz dizer não.

...  
E o operário disse: Não!  
- Loucura! - gritou o patrão  
Não vês o que te dou eu?  
- Mentira! - disse o operário  
Não podes dar-me o que é meu.

Vinícius de Moraes

## OPERÁRIO EM CONSTRUÇÃO

Do ponto de vista da igreja militante, essa é uma posição, a de afirmar a importância da mudança, da transformação, dos movimentos assegurarem sua identidade. A identidade coloca-se como o elemento mais importante de construção do movimento e, a partir da afirmação da identidade, torna-se possível estabelecer alianças e parcerias, bem como perceber a que nos opomos. Ao pensarmos parcerias da Economia Solidária no campo da igreja Católica podemos identificar várias pastorais sociais, como o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), entendendo que a questão indígena é essencial para incorporarmos na nossa luta a defesa de direitos das comunidades e povos indígenas e o reconhecimento da sua vivência de organização econômica em autogestão e cooperação.

A articulação da Economia Solidária com outros movimentos sociais coloca-se como desafio na afirmação de um modelo de desenvolvimento sustentável, solidário e a partir dos territórios. Como superamos os corporativismos e afirmamos um projeto popular? Outro desafio é a participação em conselhos e realizamos ações de controle social. A construção de políticas públicas a partir da realidade e necessidades do povo, com controle sobre os recursos e decisões de prioridades para a ação do Estado, tem sido uma temática que a Cáritas e as pastorais sociais têm assumido há décadas, entendendo que “sem política não há salvação”. Não a política eleitoreira, mas a política da mobilização. Cabe a todos (as) e a cada um (a) estas tarefas, superando a visão de massa e vanguarda, de que alguns sabem tudo e vão conduzir a massa.

## **PARTIDO DOS TRABALHADORES** CORRENTE DEMOCRACIA SOCIALISTA

O Partido dos Trabalhadores (PT) foi fundado no dia 10 de fevereiro de 1980, em São Paulo, fruto da organização sindical de operários paulistas no final da década de 1970. Oficialmente, foi reconhecido como partido político pelo Tribunal Superior de Justiça Eleitoral no dia 11 de fevereiro de 1982. O PT surge no contexto do vácuo político criado pela repressão do regime militar aos partidos comunistas tradicionais e aos grupos de esquerda então existentes, tendo assumido um posicionamento político socialista democrático. Nascido da articulação de sindicalistas, setores da igreja progressista e de diversos grupos de esquerda de orientação socialista, o PT abriga correntes, que são grupos distintos demarcados interna e externamente, que fazem do partido um espaço constante de debates.

Uma das correntes do PT é a Democracia Socialista, organização política fundada em 1979 por pequenas organizações enraizadas no Rio Grande do Sul e Minas Gerais. Seu projeto estratégico estava em construir o PT como um partido revolucionário, organizado por trabalhadores (as) e não como frente política ou eleitoral.

Em 1988, a DS passa a ser reconhecida como tendência no partido. O aspecto da “democracia participativa” incorporou-se entre as principais marcas da tendência nos projetos administrativos do PT.

A DS entrou no processo do movimento reconhecendo que um ator fundamental de construção da identidade da Economia Solidária foram as CEBs. O tema aparece na tendência nos anos 1980 em função da crise econômica no Brasil, ao perceber que não bastava só fazer a defesa da garantia de direitos de pagamento de indenização dos (as) trabalhadores (as) para a defesa do direito ao trabalho, entendendo que, em não sendo possível a garantia do pleno emprego a partir do capitalismo, os (as) trabalhadores (as) pudessem buscar formas alternativas de trabalho.

Em 1991, ocorre um seminário sobre autogestão, em Porto Alegre/RS, estado onde o tema já tinha importância a partir da contribuição da experiência de Santa Maria, onde atua Irmã Lurdes. O seminário é um marco para a incorporação da Economia Solidária na política pública. Nesse processo, a DS percebeu que havia uma grande identidade entre o que ela lutava para construir e as experiências de Economia Solidária que vinham sendo desenvolvidas. Na gestão de Olívio Dutra (1989-1993), em Porto Alegre, coube à DS assumir a Secretaria de Indústria e Comércio, onde começou a ser desenhada uma política pública de economia popular e solidária.

Essa experiência foi socializada dentro da tendência com companheiros de outros Estados, o que contribuiu para estimular o forte envolvimento de integrantes da tendência na gestão pública das políticas de Economia Solidária no país.

Dentro do PT, formalmente, o tema Economia Solidária é incorporado com a criação de uma setorial específica, dentro da Setorial de Movimentos Sociais. No RS, foi criada, em 2003, a Setorial da Economia Solidária, enquanto que nacionalmente sua fundação aconteceu em 2008. Para a tendência, a motivação em assumir este campo de ação está relacionada à:

- insuficiência da formulação de socialismo de Estado e à necessidade de construção de uma cultura socialista na prática;
- necessária combinação entre disputa do poder político e disputa do poder econômico;
- necessidade de construção de uma ideia de desenvolvimento integrado nas suas múltiplas dimensões.

O projeto político da DS afirma a necessidade de construção de uma sociedade regida pelo socialismo democrático, na perspectiva feminista, antirracista e ecossocialista, superando as raízes e fundamentos patriarcais e racistas do Estado e da sociedade capitalista. Uma sociedade com um Estado democrático, de efetiva participação da sociedade no planejamento, gestão e definição de suas prioridades. Como socialistas democráticos, aposta-se numa alternativa de civilização ao capitalismo, a ser construída com o povo brasileiro, que esteja à altura da sua dignidade e esperança, que promova a liberdade com autonomia e autogoverno, os direitos à igualdade na diferença, alcançando a construção de novos modos de organizar a

vida social para além da mercantilização do capital. Para isto, coloca-se a necessidade de refletir a experiência histórica da esquerda internacional de tomada do poder/Estado por meio de armas, como ocorreu em Cuba e na Rússia. Após a tomada do Estado, estas experiências afirmaram a instalação da ditadura dos trabalhadores e imposição do socialismo como forma de vida. As referências de socialismo que já existiram não deram conta do que queremos como socialismo: que tenha pluralidade de ideias e diferentes organizações políticas, partidárias. Estas experiências da esquerda internacional, embora equivocadas em algumas dimensões, também nos ensinam.

- Se somos promotores da igualdade e da liberdade, temos que ser os primeiros a negar a revolução armada.
- Só teremos a construção efetiva do socialismo se tivermos uma sociedade com cultura socialista.
- A esquerda concentrou sua luta pela disputa do poder político. No entanto, a disputa do poder político tem que ser combinada na luta pela economia.

A experiência de governo no Brasil, a partir das gestões do PT, também nos ensina: o governo tem limites para fazer mudanças estruturantes porque a economia continua na mão da burguesia, do capitalista.

A construção do socialismo se dá a partir de uma nova cultura e novos valores. Neste sentido, a Economia Solidária precisa perceber-se como parte de um processo de luta de transformação da sociedade. Para a DS, o foco da atuação na Economia Solidária está em contribuir para a Economia Solidária se compreender como parte de um processo de lutas social, política e econômica, avançando na formulação do projeto de sociedade. Além disso, favorecer o desenvolvimento da dimensão econômica dos empreendimentos, a elaboração em torno das suas diferentes dimensões e o papel que têm no processo. Afinal, um empreendimento que só se preocupa com seus associados perde o sentido da causa, sendo necessário que incorpore na sua ação o compromisso com o avanço do movimento. Ao mesmo tempo, é preciso promover a organização produtiva, com papel importante da educação, à medida que formação política e econômica andem juntas. A educação também contribui com o processo ao relacionar a prática e a teoria, ao ser espaço de estudo sobre raízes históricas da Economia Solidária e de problematização do modelo capitalista e explicitação de suas origens.

Para tornar realidade a sociedade socialista, temos que ser capazes de construir a unidade na diversidade entre os campos da esquerda:

- sintonizando os papéis e tarefas das diferentes organizações que atuam na ES;
- construindo uma agenda de lutas comum com outros movimentos, na qual se incorporem as necessidades dos empreendimentos.

Neste processo, há que se construir o empoderamento dos (as) trabalhadores de empreendimentos na condução do movimento, avançando na articulação entre os empreendimentos mais estruturados e mais frágeis.

## UNIVERSIDADE E A ECONOMIA SOLIDÁRIA



Ao longo da história, a universidade tem estado mais a serviço da economia de mercado capitalista de duas maneiras principais: formando a força de trabalho e produzindo o conhecimento que fortalece o capital. Este é momento da universidade voltar-se mais à comunidade e se dedicar aos assuntos do mundo trabalho.

As incubadoras tecnológicas, quando surgiram, atendiam apenas aos interesses do capital. Nos anos 1950, nos EUA, as primeiras incubadoras tinham o objetivo de criar e transferir tecnologias para empresas a fim de fortalecer a iniciativa privada. No Brasil, elas chegam por volta de 1980. No entanto, em 1995, na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), surge a primeira incubadora tecnológica de cooperativas populares (ITCPs). Também na década de 1990, numa reunião de pró-reitores de extensão nasce a proposta de articular as universidades que vinham realizando pesquisa e extensão sobre o mundo do trabalho. A partir desta proposição surge a Unitrabalho, uma fundação criada em em 1996,

que reúne instituições que desenvolvem pesquisa, ensino e/ou extensão em educação e trabalho, relações de trabalho e emprego, Economia Solidária e desenvolvimento sustentável. Posteriormente, cresce o número de incubadoras tecnológicas dedicadas ao apoio de grupos populares e da ação com Economia Solidária.

Estas incubadoras voltadas para empreendimentos da Economia Solidária reúnem estudantes, técnicos e pesquisadoras (es) de áreas diversas, buscando fazer com que os conhecimentos acumulados sobre Economia Solidária cheguem até as comunidades, da mesma forma que um outro conhecimento possa ser criado na relação entre universidades e comunidades. Tais espaços são mais um passo para a universidade brasileira romper com o muro que separa mundos socialmente tão distintos da sociedade, muito embora ainda exista alguma resistência de setores dos movimentos sociais que enxergam a universidade como instituição autoritária.

Uma contribuição da universidade à Economia Solidária está relacionada com as abordagens de investigação, análise e educação. O termo Economia Solidária no Brasil, por exemplo, foi criado pelo economista Paul Singer em 1995, ao escrever um artigo refletindo sobre ações no campo do trabalho do governo do PT em São Paulo, de 1989 a 1992, no qual era secretário de Planejamento.

Uma das abordagens para o estudo e atuação na Economia Solidária reside numa visão da economia como *economia plural*, cuja origem encontra-se, em parte, numa leitura do socialismo ignorada por muitos na própria tradição da esquerda: o socialismo associacionista.

Essa perspectiva privilegia a ideia da economia regulada pela própria sociedade e não pelo mercado, nem pelo Estado. O mecanismo que permite esta regulação do econômico pela sociedade é o fato associativo, entendido em sentido muito amplo através de variados tipos de organizações cooperativas. Assim, pensar um socialismo associacionista significa supervalorizar as formas de organização da sociedade (ressaltando-se aquelas mais tradicionais como quilombos, indígenas ou o dito socialismo utópico europeu), considerando nestas outra forma de instituir o ato econômico em sociedade. A visão da economia plural reflete um olhar mais antropológico sobre o funcionamento econômico, não reduzindo a compreensão da economia à ideia de mercado capitalista.

Neste sentido, pensar a economia para além da ideia de economia de mercado exige a necessidade de ressignificação do entendimento sobre o que é o econômico. Para tanto, parece fundamental adotar-se um olhar de ciência social. A antropologia, por exemplo, estuda a economia em diferentes culturas, segundo a própria história do desenvolvimento das sociedades humanas. Neste olhar, a economia é compreendida como forma de alocação de recursos em sociedade ou de produção e distribuição de riqueza. Desse modo, é possível entender diferentesdiferentes modalidades de funcionamento econômico ou diferentes formas de economia - para além da economia de mercado - como a redistribuição ou a reciprocidade. No exemplo da redistribuição, não há uma economia de troca propriamente dita (e, sim, de transferência), já que prevalece a figura de uma entidade (como no caso de instituições públicas na

modernidade) responsável pela arrecadação e redistribuição ou realocação de recursos na sociedade, configurando uma lógica de solidariedade redistributiva que se impõe obrigatoriamente às pessoas. No exemplo da reciprocidade, não há relação monetária, muito embora exista relação de troca. Esta, volta-se para o fortalecimento dos vínculos sociais entre grupos ou pessoas envolvidos na relação, permitindo ainda à satisfação mútua de necessidades.

Assim, não parece inútil lembrar que mesmo antes da existência das relações de troca mercantil as pessoas já garantiam suas condições de existência, seja através de mecanismos recíprocos ou redistributivos. Seguindo este olhar, constata-se que na origem da troca econômica não encontra-se propriamente o escambo (troca direta de bens por outros bens) – considerado em geral como a forma inicial da troca econômica –, mas sim formas e mecanismos de troca-dádiva. Isto é, um tipo de relação de solidariedade baseado em três momentos (dar-receber-retribuir) que forma um sistema social responsável pelo modo de reprodução das condições materiais de existência das pessoas na vida em sociedade e que está voltado, antes de tudo, para o fortalecimento dos vínculos sociais.

Com esta abordagem plural da economia, torna-se possível desconstruir a ideia de que a relação econômica mercantil (ou capitalista) seja natural na humanidade. Ela é recente e fruto de circunstâncias históricas específicas no desenvolvimento das sociedades humanas, por isso mesmo é suscetível de transformação.

Com a hegemonia dos mecanismos de mercado capitalista nos dias

atuais, ignora-se a existência das demais formas de economia, deixando-se de reconhecer o esforço de vida de grande parte da população que encontra-se excluída dos chamados circuitos formais da economia. Quando não ignoradas, tais formas de economia são vistas como formas que deveriam desempenhar um papel de subordinação na dinâmica da acumulação capitalista. Um olhar a partir do conceito de economia plural permite enxergar a realidade do funcionamento econômico na sua complexidade, viabilizando um entendimento sobre os diferentes circuitos e relações econômicas, como o próprio mundo de uma economia dos setores populares. Além disso, torna-se possível, com esse olhar, observar-se os limites e potencialidades dessas demais formas de economia, sobretudo em razão da própria incapacidade do mecanismo de mercado capitalista em garantir oportunidade de trabalho para todos que precisam. Assim, a discussão e estudo sobre outras formas de economia torna-se fundamental, bem como a necessidade de haver políticas públicas voltadas para o fortalecimento do potencial existente nestas outras formas de economia como alavancagem para outro modo de desenvolvimento.

Por outro lado, este olhar complexo permite questionar a suposta capacidade autossuficiente da economia de mercado capitalista, quando observa-se o nível de dependência do setor privado em relação ao investimento público de Estado para alavancagem de suas atividades (alguém conhece algum setor privado que não tenha sido beneficiado de financiamento público para a sua alavancagem?). Assim como é a própria fragilidade do sistema capitalista

de mercado que se revela através dos diferentes momentos de grandes crises da sua história, cujo socorro do Estado mostrou-se vital para a sobrevivência do sistema. Dessa forma, parece fundamental pensar a questão do investimento público em Economia Solidária, bem como reconhecer a condição da institucionalidade de Estado como um espaço em disputa. Avanços neste sentido já são significativos na América Latina, como o reconhecimento de um sistema de economia plural, em países como Equador e Bolívia, abrindo espaço para uma perspectiva importante de valorização e apoio à Economia Solidária.

Na prática de qualquer sorte, o desafio do fortalecimento de outros mecanismos e lógicas econômicas se coloca. Por exemplo: como operar um circuito e lógica econômica que dispense um regime de competição? Ou seja, como comercializar sem competir? A experiência de um comércio justo e solidário aponta um horizonte possível, através da perspectiva do exercício de se construir conjuntamente oferta e demanda. Isto é, ligar em rede quem produz com quem consome ou quem presta um serviço com quem é usuário do serviço. Nesse sentido, o território é lugar central, e nenhum desenvolvimento pode ser pensado sem referência ao local. Além disso, o local é onde efetivamente se reproduzem as condições materiais de existência das pessoas, e esta, numa plataforma de Economia Solidária, não pode ser pensada em separado das demais dimensões (social, cultural, política, ambiental), que constituem e estruturam a vida das pessoas - refletindo o sentido de um outra economia concebida como reprodução da vida (caráter ecológico).

Nesta perspectiva, promover a Economia Solidária significa mais do que o apoio aos empreendimentos isolados. Torna-se necessário também agir a partir do território, enfatizando-se a capacidade de auto-organização política das pessoas, ou seja, capacidade de criação de espaços públicos para discussão e tomada de decisões sobre o que se quer para o seu local. O espaço privilegiado para isso são as associações onde se pode buscar soluções conjuntas ou coletivas para problemas comuns. Uma das estratégias importantes são as redes locais de Economia Solidária que articulam os empreendimentos e iniciativas em geral no seu território, seja para fortalecimento de cadeias produtivas (atravessando o próprio território), seja para potencialização de outras iniciativas mais culturais ou políticas, na direção, por exemplo, de novas formas de relações com os poderes públicos.

Práticas da Economia Solidária desse tipo introduzem no seu interior um conteúdo de pedagogia política muito importante ao permitir o exercício da confiança e solidariedade como um processo de aprendizado dos grupos no seu cotidiano de trabalho. A educação aqui se coloca como um processo de mudança cultural, no sentido do aprendizado da democratização das relações de trabalho. A democracia econômica, preconizada pela Economia Solidária, aparece como processo político-pedagógico. Assim, contorna-se a questão sobre como fazer a revolução de massas numa sociedade que deixou de ser de massas, que tornou-se cada vez mais individualista.

A questão de uma outra pedagogia de relação do sujeito com seu

ato de consumir, de trabalhar, de comercializar e de se relacionar no seu território torna-se, então, um imperativo político-pedagógico do trabalho em Economia Solidária.

A inteligência da Economia Solidária, vista sob o ângulo da economia plural, está na sua capacidade não de se opor às fórmulas e à lógica da economia de mercado capitalista, mas de superá-la ou de ultrapassá-la (envolvendo-a, contendo-a e regulando-a de outro modo). Trata-se de um outro conceito de radicalidade para pensarmos a transformação necessária para um mundo mais justo e solidário. Um conceito de radicalidade que incorpora um princípio de alteridade, de reconhecimento de diferenças, inclusive em relação ao modo de instituição do econômico em sociedade, contra qualquer tipo de tentativa autoritária. O que está em jogo aqui é a demonstração de força da capacidade de regular o econômico a partir da própria sociedade e como isto pode revelar-se mais adequado para o atendimento efetivo do bem-estar das pessoas, o que implica em refundar uma agenda de discussão, fundamentalmente ética, relativa aos valores que uma sociedade defende. O debate, portanto, caminha invariavelmente para uma questão maior relativa ao modelo de sociedade ou o modelo civilizatório que queremos. Este é o horizonte da Economia Solidária. É preciso não perder de vista, conforme nos ensina a história, que a transformação sempre começa pelas bordas, pelas margens, por aquilo que parece muito pequeno.

“Muita gente pequena, em muitos lugares pequenos, fazendo coisas pequenas, mudarão a face da terra.”  
(Provérbio africano)

## LUTAS NO CAMPO: ECONOMIA SOLIDÁRIA E MST

*“A cooperação é um desafio histórico de toda a classe trabalhadora, não só do MST.”*

As práticas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) ainda não possibilitam formular um conceito mais preciso sobre a atuação na Economia Solidária. Para abordar o tema, usamos elementos sobre a cooperação no movimento.

Na história da luta pela terra no Brasil, são muitas as experiências de coletivos e de cooperação entre trabalhadores (as) do campo. No final da década de 1970 e início de 1980, começa o processo de organização do MST e, neste período, a questão da cooperação avança na medida em que o problema da terra passa a ser considerado também como questão produtiva. A partir de 1989, a luta no campo se acentua junto com violenta repressão durante o governo

Fernando Collor, sendo urgente uma resposta para o conjunto da sociedade em relação à reforma agrária. Ao mesmo tempo, ao se conquistar a terra, aparecia a questão de como organizar os assentamentos. Neste contexto, o MST propõe a produção de alimentos para o conjunto da sociedade, a defesa da viabilidade econômica dos assentamentos e a necessidade de um programa de distribuição de terra no país.

## MST 25 anos

8 de setembro de 2009

Por causa de famílias exploradas  
Expulsas da terra

A CPT começa organizar o povo

O povo sem-terra

A partir de 1979

Começam surgir ocupações

Em Rio Grande do Sul

Mas sem nenhuma preocupação

De se criar um movimento

De início

A luta pela terra não era fácil

Dias de amargura

Momento de insegurança

Tempo de Ditadura

Militares sem pena e sem dó

Comandado pelo Tenente Curió

O povo não desiste

Parece coisa do destino

Esse povo de qual eu falo

É o povo da Encruzilhada Natalino

A luta vai em frente

Surgem ocupações a todo lado, a todo o momento

A solução era a não ser

Em criar um movimento

Até que em janeiro de 1984

Cascavel Paraná

Lutando por justiça e pela terra

Surge o MST

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

Durante esses 25 anos

Tivemos várias conquistas

Foram escolas e assentamentos

Vários cursos...

Resgatemos uma parte de nossa cultura

Uma parte de nossa história

Temos nossa própria escola

Respeitada e reconhecida

Formando novo cidadão

Preparado para vida

Fazer parte dela

É uma emoção

É sentir o coração batê

Essa escola de qual eu falo

É a Itinerante, conquista do MST

Falta unir campo e cidade

Se queremos transformar

Unir forças para não ter perigo

Os nossos inimigos vamos derrubar.

Pedro Francisco Bagatin

(Educador Brigada Teixeirinha – Cascavel - PR)

Dezembro de 2008

A cooperação no movimento foi relacionada à organização da vida produtiva no assentamento.

- A organização coletiva é fundamental para que o trabalho e a produção sejam potencializados.
- O aumento do capital constante (máquinas) pode ser ampliado por meio da cooperação.

Nesse sentido, a cooperação surge como uma motivação econômica, por necessidade de organização da vida produtiva do assentamento. Ao mesmo tempo, nos anos 80, se intensifica a superação do modelo de assentamento em lotes individualizados para o assentamento coletivo. Como forma de avançar na cooperação, foram constituídas as Cooperativas de Produção Agrária (CPA), nas quais as máquinas e equipamentos são coletivizados. Em 2011, somam-se aproximadamente 1900 associações organizadas no movimento e 96 agroindústrias, que possibilitam agregar renda maior à produção agrícola.

No MST, a cooperação está vinculada aos objetivos do movimento: conquista pela terra, reforma agrária e mudança do modelo de sociedade. Além disso, vinculada com as linhas de atuação: produção agroecológica e autossustentável (a preocupação não é produzir para o mercado); produção dos próprios insumos para não depender dos insumos internacionais, produção para ter renda, garantindo a viabilidade econômica.

Cooperar tendo em vista a superação do atual modelo de sociedade, coloca-se como um desafio histórico de toda a classe trabalhadora, não só do MST. Revolução, segundo Florestan Fernandes, é o fim do estado burguês, derrubada da sociedade capitalista. O período histórico que estamos vivendo é a mais odiosa contrarrevolução. Em nenhum outro momento a classe trabalhadora foi tão vilipendiada. Ao mesmo tempo, há ações de contraposição a esse processo acontecendo no mundo, um tecido social se movendo e criando um caldo de cultura novo. Na perspectiva da reforma agrária, o MST se constitui como movimento autônomo em relação aos partidos, igrejas e outras instituições, se pautando pela luta pela terra e pela mudança da sociedade. A sociedade que queremos construir é do socialismo.

A reforma agrária clássica via política pública está derrotada. No período do governo Lula foi onde mais se acentuou a concentração de terra. A base social conquista a terra, o crédito, o assentamento e não avança, pois a política do governo brasileiro é definida por políticas internacionais focadas no grande negócio da agroindústria e não na agricultura familiar. Um desafio é como construir uma reforma agrária diferente, para além das políticas existentes.

A missão do MST é continuar sendo referência de luta combativa na sociedade. São muitos companheiros tombados na luta e, atualmente, sobretudo no Norte. Infelizmente, este momento pode ser considerado como de refluxo, onde a classe trabalhadora se coloca na defensiva. A aposta é que a retomada da luta aconteça, o

movimento aposta na reorganização, no revigoramento do trabalho e formação de base nas comunidades, na defesa do meio ambiente, numa agricultura saudável com a produção sem agrotóxicos. Outro foco é a discussão sobre o modelo de educação do campo, a exemplo da luta para reconhecer os modelos de escola itinerante dos acampamentos. Não se faz revolução sem garantir educação. Neste sentido, a escola Florestan Fernandes se articula com 26 cursos de nível superior, levando qualificação técnica para as bases, e assume o compromisso de contribuir para erradicar o analfabetismo nos acampamentos. A escola é mais que um espaço do MST, se propõe a ser um espaço de formação de quadros políticos para fortalecer a luta pelo socialismo na América Latina e no mundo. Os cursos de ensino superior são oferecidos via convênio com o PRONERA.

São vários os desafios do movimento: organização interna, sendo um movimento que tem uma estrutura nacional; busca da autossustentação, seja por convênios ou inserção de militantes em espaços institucionais. Há também o desafio de facilitar a logística para entrega da produção dos assentamentos, que se amplia com a comercialização para alimentação escolar. E, o desafio de continuar fazendo luta num contexto de refluxo do movimento socialista.

***Não se deixar cooptar, não se deixar destruir e resistir sempre.***

O capitalismo não tem mais nada a propor à humanidade, a não ser mais guerra, mais destruição. Temos produzido o suficiente para a

humanidade sobreviver. Entre socialismo ou barbárie, a opção do MST é sempre pelo socialismo. Por mais que existam divergências, se a classe trabalhadora não se unificar, não criaremos condições de construir um novo modelo de sociedade. Aí aparecem outros desafios: da articulação com outros movimentos sociais, com diálogo e integração; e organizar o consumo solidário para a comunidade para consumir um produto de melhor qualidade. A produção mais saudável tem ido para uma elite e os pobres continuam consumindo produtos com agrotóxicos: é urgente que isso se reverta.

Da relação entre Economia Solidária e MST há mais pontos que convergem do que divergem e é nisto que é preciso buscar articulação. Ou se avança, ou entra na lógica do grande capital, e não podemos deixar que o capitalismo regule nossas relações. O esforço está em ir contra essa corrente: para o MST a perspectiva da posse da terra é a luta e não a negociação. Se analisarmos historicamente, quando a burguesia agrária cedeu na negociação? Nunca.

E, havendo estratégias e táticas diferenciadas entre os movimentos sociais, há que se identificar qual a causa em comum. A divisão e a desarticulação contribuem com a estratégia do capital. Ganha o capital quando nos fragilizamos e não nos articulamos. Ou a classe trabalhadora se organiza e não se sectariza, pondo em comum suas questões, ou seremos derrotados. Qual a perspectiva da classe trabalhadora? É o mundo da felicidade e isso tem que ser posto em comum.

## SUGESTÃO DE ATIVIDADE

Para desenvolver uma atividade sobre trajetórias e concepções sobre Economia Solidária, vale a pena identificar alguns pontos de convergência nas caminhadas apresentadas no texto acima:

- defesa do socialismo em diferentes vertentes: utópico, democrático, associativista, revolucionário;
- educação popular como método e posição político-pedagógica coerente com a construção da Economia Solidária;
- trabalho de base/ na comunidade fundamental para a organização do movimento;
- articulação dos movimentos sociais: necessário para acumular forças e consolidar projeto popular.

Será importante que esteja na pauta do debate e reflexão após a leitura:

- Olhar para além dos aspectos convergentes e identificarmos os aspectos polêmicos e contraditórios, analisando mais profundamente o nosso movimento.
- Ao mesmo tempo, reconhecendo as contradições da caminhada, como exercitar a coerência entre os propósitos que

mobilizam para ação para uma Economia Solidária, os discursos explicitados e as práticas cotidianas, as táticas e estratégias?



Este é um possível percurso para desenvolver no coletivo (fórum, rede, coletivo, empreendimento, entidades, órgão da gestão pública...).

A leitura também pode ser texto de apoio para uma atividade onde sejam convidadas diferentes organizações (empreendimentos, entidades, partidos) da comunidade (ou região/ estado) para que se apresentem e, a partir disso, se construa a trajetória e concepções da Economia Solidária naquele território. Para esta atividade vale a pena saber de cada organização:

- O que a mobilizou para iniciar o trabalho na Economia Solidária?
- Qual a sua compreensão de sociedade?
- Quais os principais desafios que identifica para que a Economia Solidária avance?
- Qual o papel da educação na construção de uma Economia Solidária?

## **ECONOMIA SOLIDÁRIA:** IDENTIDADE, PROJETO POLÍTICO E POLÍTICAS PÚBLICAS<sup>3</sup>

A Economia Solidária é uma realidade econômica e social que tem se fortalecido especialmente durante a última década, tornando-se cada vez mais diversificada e consolidada em todos os estados do país, tanto em sua expressividade quanto em importância econômica. Segundo o Mapeamento da Economia Solidária – 2ª Etapa, existem pelo menos 30 mil empreendimentos econômicos solidários no Brasil envolvendo diretamente mais de 3 milhões de trabalhadoras (es) associadas (os).

Como instrumento do movimento de Economia Solidária, o FBES – Fórum Brasileiro de Economia Solidária<sup>4</sup>, tem sido o espaço de representação e articulação dos vários atores do movimento de Economia Solidária e proposição de políticas públicas junto ao Estado brasileiro. O FBES está presente em todo o país com mais de 140 fóruns municipais e estaduais de Economia Solidária, envolvendo diretamente milhares de empreendimentos de Economia Solidária (entre 3 e 5 mil empreendimentos) e centenas de entidades de assessoria e fomento e gestores públicos em rede.

<sup>3</sup> O texto que segue é parte do documento elaborado pelo FBES, em 2011, e entregue à Presidência da República quando do debate sobre o lugar institucional da Economia Solidária no governo e o Projeto de Lei 865.

A SENAES – Secretaria Nacional de Economia Solidária – criada pelo então presidente Lula, em 2003, foi uma resposta a uma reivindicação vinda do movimento de economia brasileira naquele período, e tem sido um espaço de aglutinação da temática da Economia Solidária no governo federal.

O crescimento da Economia Solidária na sociedade tem se refletido no aumento de ações de governos municipais, estaduais e federal por meio de leis, programas e projetos voltados à Economia Solidária. Em 2011, o Brasil contava com mais de 200 municípios e 10 governos estaduais com leis e/ou espaço institucional dedicados exclusivamente ao tema. No governo federal, um levantamento de 2010 demonstrou a existência de programas e ações relacionados direta ou indiretamente à Economia Solidária em pelo menos 20 ministérios.



<sup>4</sup> Mais informações em [www.fbes.org.br](http://www.fbes.org.br)

Em 2006 e 2010, foram promovidas pelo governo federal, com apoio e intensa participação do movimento de Economia Solidária, a I e II Conferências Nacionais de Economia Solidária, envolvendo mais de 30 mil representações de empreendimentos de Economia Solidária (associações e cooperativas urbanas e rurais em todos os ramos econômicos, bancos comunitários, fundos rotativos, entre outras iniciativas), de entidades de assessoria e fomento (ONGs, OSCIPs, igrejas, sindicatos e universidades), e de órgãos públicos municipais, estaduais e federais.

Essas Conferências Nacionais contém o conjunto de propostas e orientações para a construção de políticas públicas que possam, efetivamente, fortalecer a Economia Solidária como estratégia para contribuir com o desenvolvimento territorial, sustentável e solidário do Brasil.

No segundo semestre de 2010, o movimento de Economia Solidária apoiou a candidatura da presidenta Dilma Rousseff, contribuindo para sua vitória nas eleições. Após as eleições, ainda em 2010, o movimento de Economia Solidária apresentou à equipe de transição do governo federal uma proposta técnica para a ampliação do espaço institucional voltado à articulação e execução das políticas de fomento à Economia Solidária: uma Secretaria Especial de Economia Solidária.

No dia 31 de março de 2011, para surpresa do movimento de Economia Solidária, o governo federal apresentou ao Congresso Nacional o Projeto de Lei 865, que altera a Lei 10.683, propondo a

criação da Secretaria Especial de Micro e Pequena Empresa. Nesta proposta do poder Executivo, as atribuições relacionadas à Economia Solidária, hoje no Ministério do Trabalho e Emprego, assim como o Conselho Nacional de Economia Solidária e toda a estrutura e cargos da SENAES seria transferida para a nova Secretaria.

Já na primeira quinzena de abril de 2011, o FBES, em audiência junto ao ministro Gilberto Carvalho, apresenta o resultado de consulta ao conjunto de Fóruns Locais e dezenas de representações<sup>5</sup>, indicando duas afirmações:

- A indignação pela proposta de governo ter sido encaminhada sem o devido diálogo com a sociedade civil.
- Posicionando-se contrário à inclusão das atribuições e Conselho de Economia Solidária na nova Secretaria da Micro e Pequena Empresa.

O governo federal, através do ministro Gilberto Carvalho, reconheceu o equívoco quanto à forma de encaminhamento do PL 865 sem diálogo com a sociedade civil, nem mesmo com o Conselho Nacional ou a SENAES, internamente ao próprio governo. Ao mesmo tempo, reforçou o interesse do governo em unificar as políticas de Economia Solidária e da Micro e Pequena Empresa na mesma Secretaria Especial, estando aberto a sugestões da sociedade civil para alterações do PL 865, desde que o lugar institucional da Economia Solidária ficasse na nova pasta.

5 Os resultados da Consulta encontram-se em <http://tinyurl.com/3w2wuc7>

O ministro reforçou também o interesse do governo federal em fortalecer as políticas públicas e ações de Economia Solidária durante o governo Dilma Rousseff.

Com a abertura de negociação assumida pela Secretaria Geral da Presidência, expressa pela criação de um Grupo de Trabalho permanente de diálogo sobre as políticas públicas de Economia Solidária, o FBES propôs a realização de Audiências Públicas Estaduais e Nacional, com o apoio da Frente Parlamentar de Economia Solidária e da Frente Parlamentar da Micro e Pequena Empresa.

Esta proposta foi aceita no início de maio pela Presidência da República, que deu um prazo até a segunda semana de julho para que as audiências ocorressem, fossem sistematizadas e uma nova rodada de negociações se iniciasse tendo como base os seus resultados.

A partir deste acordo, o FBES, através dos Fóruns Estaduais de Economia Solidária, mobilizou-se em todo o país para a realização dos debates sobre o PL 865 e o fortalecimento das políticas públicas do setor. Participaram do processo representantes das duas Frentes Parlamentares (de Micro e Pequena Empresa e da Economia Solidária), da SENAES/MTE, do movimento de Economia Solidária e de setores das micro e pequenas empresas.

No dia 10 de julho, o FBES realizou uma videoconferência com a participação de 200 representações do movimento no país, com o

objetivo de consolidar um balanço com os resultados das audiências públicas e elaborar a nova proposta de negociação tendo como base estes mesmos resultados.

Na mesma semana, o FBES solicitou uma reunião do GT de diálogo com a Presidência da República para apresentação do balanço e das propostas de negociação. Não tendo havido ainda, durante todo o mês de julho, um retorno quanto a esta solicitação de reunião, o Fórum Brasileiro de Economia Solidária tomou a iniciativa de entregar este texto de balanço das audiências e negociação, reforçando a necessidade de diálogo para fechar o ciclo das audiências públicas e consolidar os acordos feitos até aqui.

O objetivo deste documento é, portanto, o de apresentar à Presidência da República, parlamentares e à sociedade civil, uma síntese e balanço das audiências públicas realizadas ao longo de maio e junho de 2011, e, então, socializar a proposta de negociação do movimento de Economia Solidária com o governo federal para o PL 856 a partir do resultado das audiências públicas estaduais e nacional realizadas.

Com este documento, o movimento de Economia Solidária reafirma sua disposição de construção junto ao governo liderado por Dilma Rousseff, contribuindo com a erradicação emancipatória da miséria, na consolidação de um modelo de desenvolvimento centrado no ser humano e na vida em geral e construído participativamente pelo povo brasileiro.

## BALANÇO E PRINCIPAIS RESULTADOS DAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

Com o anúncio, no início de maio, do curto espaço de tempo para a realização de audiências públicas para avançar na negociação com o governo sobre o PL 865, o movimento de Economia Solidária se mobilizou e conseguiu alavancar um expressivo processo de consulta e diálogo em grande parte dos estados do país.

Entre os dias 9 de maio e 28 de junho foram realizadas 23 Audiências Públicas Estaduais e uma Audiência Pública Nacional (dia 17 de maio, na Comissão de Trabalho do Congresso Nacional). Nessas Audiências Públicas participaram mais de 2.500 pessoas, representando o conjunto de segmentos integrantes do movimento de Economia Solidária.

### AUDIÊNCIAS PÚBLICAS EM MAIO E JUNHO DE 2011

Foram realizadas e registradas em ata mais de 400 falas em plenário e nas mesas, com a presença de dezenas de deputados federais e estaduais, além de representação do segmento das Micro e Pequenas Empresas, do governo federal (SENAES) e governos estaduais. Nestes espaços, foi possível ouvir as várias percep-

ções sobre o Projeto de Lei 865, e debater a sua pertinência como forma de fortalecimento da política pública de Economia Solidária.

É importante frisar que a realização das audiências públicas estaduais foi uma atividade também pedagógica de visibilização do tema para a sociedade e parlamentares nos estados, o que representa um importante resultado das mesmas com saldo positivo de fortalecimento do movimento.

Fazendo uma análise das atas e relatos recebidos, destacam-se fortemente alguns elementos principais sistematizados a seguir.

### IDENTIDADE DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

A análise das centenas de falas nas audiências públicas<sup>6</sup> é uma verdadeira aula a respeito do que é a Economia Solidária. A riqueza de expressões e formas de definir este fato social e econômico do Brasil é difícil de sintetizar aqui, mas é possível apontar-se alguns elementos recorrentes:

- Economia Solidária como estratégia de desenvolvimento territorial, sustentável, diverso e solidário: ao invés de ser reduzida ao aspecto meramente produtivista, a Economia Solidária manifesta-se de distintas formas em relação com a comunidade, o bairro, a cidade, na articulação de redes e cadeias

<sup>6</sup> Todas as atas e relatos encontram-se disponíveis em [www.cirandas.net/pl865/relatos](http://www.cirandas.net/pl865/relatos)

solidárias de produção, comercialização e consumo, além das iniciativas de finanças solidárias (bancos comunitários e fundos rotativos solidários). A Economia Solidária é, portanto, uma estratégia diferenciada de desenvolvimento, construída a partir dos atores locais, com sua diversidade étnica, racial, ambiental, cultural e econômica, e com valores de solidariedade, cooperação, democracia e preservação ambiental.

- Economia Solidária como opção de organização da Economia Popular: são várias afirmações sobre a experiência concreta de organização de artesãos (os), catadoras (es), agricultoras (es), autônomas (os) em empreendimentos solidários coletivos como forma de fortalecimento econômico e político. Inúmeros depoimentos demonstram a capacidade da Economia Solidária em oferecer um caminho para que empreendedoras (es) e pequenos negócios possam se organizar e se fortalecer e ao mesmo tempo fortalecer seus pares nos territórios.
- Economia Solidária como estratégia emancipatória de luta contra a pobreza: nos mais diversos ramos de atividade, a Economia Solidária desencadeia processos de emancipação econômica e maior participação social de pessoas normalmente marginalizadas do sistema econômico em vigor. Pessoas que nunca seriam contratadas numa empresa se organizam, ampliam sua autoestima, partilham seus conhecimentos populares e se tornam protagonistas da ação econômica em suas comunidades. Este acúmulo do movimento permite que a

Economia Solidária consiga chegar onde as políticas convencionais de desenvolvimento não conseguem, dando resultados de grande impacto positivo com investimento até aqui limitados.

- Economia Solidária e a diversidade cultural, étnica, racial: destaca-se a presença de povos e comunidades tradicionais, tais como pescadores artesanais, quilombolas, indígenas, ribeirinhos, entre outros, além de grupos e iniciativas de cultura popular organizadas na Economia Solidária. A Economia Solidária tem uma capacidade de lidar com as várias lógicas econômicas e de vida existentes no país, pois é feita por estes atores.
- Economia Solidária e emancipação econômica das mulheres: a importância da Economia Solidária para a emancipação econômica das mulheres foi repetidamente afirmada nas audiências. Grande parte das lideranças do campo da Economia Solidária são mulheres, que através da atividade econômica associada ampliam sua participação em espaços públicos nas comunidades e territórios. São milhares de empreendimentos de Economia Solidária em que as mulheres ganham sua autonomia financeira e autoestima para enfrentar os desafios estruturais em combater uma sociedade ainda machista.
- Transversalidade da Economia Solidária na sociedade: percebe-se a importância da articulação existente da Economia Solidária com setores importantes como agroecologia, agricultura familiar, artesanato, catadores, mulheres, povos e comunidades tradicionais, segurança e soberania alimentar e nutricional,

ambientalismo, agroextrativismo, segurança pública, territórios da paz, territórios da cidadania, moradia urbana, saúde mental, reforma agrária, entre tantos outros. São inúmeros setores e movimentos que, em suas práticas econômicas, fazem Economia Solidária, e que têm suas propostas de desenvolvimento e sociedade incorporadas pelos princípios, valores e expressões da Economia Solidária.

- Transversalidade da Economia Solidária no poder público: muitos parlamentares e gestores públicos municipais, estaduais e federais manifestaram-se sobre a transversalidade das políticas públicas de Economia Solidária, o que exige lugares institucionais de articulação estratégicos nos governos. As áreas de governo identificadas contemplam pesca e agricultura, inovação tecnológica, desenvolvimento econômico, cultura e meio-ambiente, ordenação urbana.



## **DISTINÇÃO ENTRE A ECONOMIA SOLIDÁRIA E A MICRO E PEQUENA EMPRESA**

Para além de uma afirmação da identidade da Economia Solidária, as audiências públicas deixaram claro que, se a Micro e Pequena se define por uma forma jurídica específica e faturamento<sup>7</sup>, a Economia Solidária é uma estratégia de desenvolvimento. Neste sentido, não se pode pensar as duas coisas como sendo equivalentes ou comparáveis.

A Economia Solidária tem como atores fundamentais os empreendimentos de Economia Solidária, que podem ser grandes ou pequenos, e que podem se constituir a partir de diferentes formatos jurídicos, inclusive a própria forma jurídica da microempresa. O Decreto 7.358/2010, que cria o Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário, reconhece legalmente o empreendimento econômico solidário, não pela forma jurídica, mas sim pelas relações efetivas de autogestão, democracia interna e trabalho associado das (os) trabalhadoras (es) envolvidas (os) (preponderância do trabalho associado sobre o trabalho subordinado/assalariado).

<sup>7</sup> Segundo a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas (LCP 123/2006), “consideram-se microempresas ou empresas de pequeno porte a sociedade empresária, a sociedade simples e o empresário a que se refere o art. 966 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002, devidamente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso, desde que: I - no caso das microempresas, o empresário, a pessoa jurídica, ou a ela equiparada, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais); II - no caso das empresas de pequeno porte, o empresário, a pessoa jurídica, ou a ela equiparada, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais)”.

Ao se falar de Economia Solidária, entretanto, está se falando muito além dos empreendimentos econômicos solidários em si, mas de um campo amplo de relações sociais e econômicas. Fazendo uma analogia: falar de “desenvolvimento” não é, em hipótese alguma, equiparável a se falar em “empresa”, apesar da empresa ser um dos atores do desenvolvimento.

### A QUESTÃO DA LEGISLAÇÃO NA ECONOMIA SOLIDÁRIA<sup>8</sup>

No campo jurídico ainda não existe uma legislação sobre a Economia Solidária. Nossa legislação apenas reconhece o trabalho subordinado (assalariado) e o trabalho autônomo, o que dá a ideia de que a economia formal se reduz a empresas públicas e privadas. Ou seja, a legislação apenas reconhece e assegura direitos à economia privada e à estatal. Mesmo a lei do cooperativismo, que é de 1971, por ser antiga, da época da ditadura militar, não incorpora os princípios, valores e práticas da Economia Solidária.

Uma grande conquista foi o decreto do Sistema Nacional do Comércio Justo e Solidário (decreto 7.358 de 17 de Novembro de 2010), que define, reconhece e cria mecanismos de gestão e promoção do Comércio Justo e Solidário no país. Outra vitória foi o decreto sobre

<sup>8</sup> Texto da Cartilha da Campanha pela Lei da Economia Solidária – Por um Brasil Justo e Sustentável.

o Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares (decreto 7.357 de 17 de Novembro de 2010), para políticas de apoio às incubadoras que atuam na incubação, apoio, estudo e pesquisa junto às iniciativas de Economia Solidária. Ambos os decretos definem o que é um empreendimento de Economia Solidária: "organizações de caráter associativo que realizam atividades econômicas, cujos participantes sejam trabalhadores do meio urbano ou rural e exerçam democraticamente a gestão das atividades e a alocação dos resultados". São avanços importantes de reconhecimento, porém isso não basta.

Certamente leis não resolvem tudo, mas a sua existência garante a base legal para a busca de novos direitos. Portanto, a luta pelo reconhecimento da Economia Solidária no Estado brasileiro passa pela luta da alteração e criação de leis. De forma resumida esse reconhecimento legal passa por quatro aspectos:

**DIREITOS:** é preciso reconhecer, na Constituição Brasileira, o direito ao trabalho associado, o direito à propriedade coletiva e a afirmação de que a economia brasileira seja baseada na cooperação e não na competição;

**ORGANIZAÇÃO POLÍTICA:** garantir que seja fácil e simples criar empreendimentos solidários legalizados, seja via cooperativa ou outra forma jurídica a ser criada, que possa emitir nota fiscal e ter seu CNPJ. Também é preciso que os empreendimentos da Economia Solidária tenham redução de impostos e outras tributações para que possam se consolidar economicamente.

- **APOIO E FOMENTO:** construção de programas e políticas de finanças solidárias, de formação, de assessoria técnica, de comercialização solidária e de compras públicas, em todo o Brasil, por governos municipais, estaduais e federais. Ainda não existem programas que atendam diretamente os empreendimentos de Economia Solidária, como ocorre com as empresas privadas;
- **FORMALIZAÇÃO E BENEFÍCIOS TRIBUTÁRIOS:** garantir que seja fácil e simples criar empreendimentos solidários legalizados, seja via cooperativa ou outra forma jurídica a ser criada, que possa emitir nota fiscal e ter seu CNPJ. Também é preciso que os empreendimentos da Economia Solidária tenham redução de impostos e outras tributações para que possam se consolidar economicamente.

### CAMPANHA PELA LEI DE INICIATIVA POPULAR DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

A caminhada da Economia Solidária no Brasil já tem muita história e muita construção coletiva. A busca por políticas permanentes de apoio e fortalecimento da Economia Solidária é tema de debates e pressão social pelo movimento de Economia Solidária, tanto em nível local, quanto em nível nacional, principalmente nas duas Conferências Nacionais realizadas (2006 e 2010) e nas Plenárias do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (2002, duas plenárias em 2003, 2008 e 2012).

As propostas colocadas e debatidas pelo movimento foram consolidadas no Conselho Nacional de Economia Solidária, que elaborou a proposta de Lei que cria a Política Nacional de Economia Solidária, além do Sistema e o Fundo Nacionais de Economia Solidária.



*O Conselho é a instância do governo, ligado ao Ministério do Trabalho e Emprego, que faz o diálogo e consulta com a sociedade civil a respeito das políticas públicas de Economia Solidária. Nele participam representantes de vários setores da Economia Solidária do país, como empreendimentos de Economia Solidária indicados pelo Fórum Brasileiro de Economia Solidária, redes e entidades nacionais da Economia Solidária, junto com órgãos do governo federal.*

Após a elaboração do projeto de lei, a sociedade civil presente no Conselho tomou a iniciativa de lançar a campanha de coleta de assinaturas para conseguirmos aprovar esta proposta como um Projeto de Lei de Iniciativa Popular.

Precisamos de toda a mobilização possível em cada bairro, comunidade e cidade para conseguirmos a assinatura de 1% do eleitorado brasileiro, o que significa uma meta de aproximadamente um milhão e trezentas e cinquenta mil assinaturas!

Isso significa também um amplo processo educativo junto à sociedade, construindo e divulgando um outro jeito de fazer política e de (re)produção social e econômica.

A coleta de assinaturas pelo Projeto de Lei de Iniciativa Popular é

fundamental para garantir e pressionar pela aprovação de uma Política Nacional que atenda às necessidades desta outra economia.

### SUGESTÃO DE ATIVIDADE

Nesta parte da cartilha apresentamos dois textos elaborados pelo FBES que trazem afirmações sobre a identidade da Economia Solidária, a diferença de nosso projeto em relação ao empreendedorismo e retoma o debate sobre a consolidação de políticas públicas e da proposição de uma lei para a Economia Solidária.



Como sugestão de atividade, o coletivo (fórum, rede, empreendimento, entidade, órgão da gestão pública) que está fazendo o percurso desta cartilha ou trabalhando com os textos acima, precisará preparar o encontro antecipadamente, lendo o material e identificando se no seu estado/ município existe legislação para Economia Solidária e se há um órgão de governo que implementa políticas voltadas para a Economia Solidária. O objetivo da atividade será elaborar estratégias para incidência junto a políticas públicas para Economia Solidária.

Como sugestão de atividade, o coletivo (fórum, rede, empreendimento, entidade, órgão da gestão pública) que está fazendo o percurso desta cartilha ou trabalhando com os textos acima, precisará preparar o encontro antecipadamente, lendo o material e identificando se no seu estado/ município existe legislação para Economia Solidária e se há um órgão de governo que implementa políticas voltadas para a Economia Solidária. O objetivo da atividade será elaborar estratégias para incidência junto a políticas públicas para Economia Solidária.

Para começar a atividade, um grupo do coletivo precisa divulgar o encontro e preparar o espaço onde acontecerá a momento: acolher as pessoas, fazer uma rodada de apresentação das (os) participantes e apresentar a programação. Após este momento inicial, ver o vídeo da Campanha pela Lei da Economia Solidária (10min) e, depois, fazer um debate sobre aspectos que o coletivo considera importantes e que foram apresentados no vídeo: o que é a Economia Solidária, porque precisamos de legislação específica. Lembre-se de registrar num quadro, cartaz ou tarjeta do que aparecer neste debate.

Para o momento seguinte, formam-se grupos para estudar o texto "A Questão da Legislação na Economia Solidária": cada grupo identificará um aspecto que considera muito importante no texto para apresentar ao coletivo.

Para entrar no contexto local, há algumas possibilidades:

- Um (a) integrante do coletivo apresenta o que identificou de legislação e órgão de governo com ações para Economia Solidária no município/estado.
- Se há Conselho de Economia Solidária no município/estado, pode-se convidar um (a) conselheiro (a) para apresentar a lei e as ações do governo voltadas para a Economia Solidária existentes.

Conhecendo um pouco mais sobre a legislação e ações do governo existentes, o coletivo terá mais condições de planejar como pode fazer o controle social do que a lei assegura, do uso dos recursos públicos e dos resultados das ações existentes.

Caso não exista ainda legislação nem ações de governo voltadas para Economia Solidária, o estudo dos textos deste capítulo contribuem para que o coletivo proponha ações para a incidência junto ao poder público para que se crie lei e políticas que sejam ferramentas para avançarmos na consolidação da Economia Solidária.

Importante ressaltar que a incidência em políticas públicas se faz a partir de um projeto político. Na Economia Solidária, nossa identidade afirmada na Carta de Princípios e, por exemplo, nas audiências públicas, são expressões do projeto político que propomos à sociedade. Uma política pública para Economia Solidária é uma ferramenta para avançarmos. Nossas ações no cotidiano do movimento de Economia Solidária, trabalhando em autogestão e cooperação é

que fazem outra economia acontecer. E, para que a ferramenta política pública seja consistente precisamos garantir que tenha: legislação, fundo, um sistema e o conselho. Nas experiências que temos de legislação e ações de governo, estes quatro elementos existem?

Algumas ideias de outras atividades que coletivos podem realizar a partir destes textos:

- Trabalhar a identidade da Economia Solidária a partir dos textos Identidade da Economia Solidária, a Distinção entre Economia Solidária e Micro e Pequenas Empresas. Para esta atividade vale a pena, também, incluir o trecho da Carta de Princípios do FBES sobre “O que a Economia Solidária Não É”.
- Avançar na Campanha pela Lei da Economia Solidária, buscando nos textos deste capítulo mais informações sobre a importância de termos uma legislação específica para Economia Solidária e propondo estratégias para a coleta de assinaturas em diferentes espaços da região.



## DIÁLOGOS E CONVÊNCIÊNCIAS

### CARTA DE SALVADOR

Somos 300 cidadãos e cidadãs brasileiras integrados à Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), à Associação Brasileira de Agroecologia (ABA-Agroecologia), à Associação Brasileira de Pós Graduação em Saúde Coletiva (Abrasco), ao Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), ao Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (FBSSAN), à Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA), à Rede Alerta contra o Deserto Verde (RADV), à Marcha Mundial de Mulheres e à Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB), em reunião na cidade de Salvador-BA, entre os dias 26 a 29 de setembro de 2011, durante o Encontro Nacional de Diálogos e Convergências entre Agroecologia, Saúde e Justiça Ambiental, Soberania Alimentar, Economia Solidária e Feminismo.

Nosso encontro resulta de um longo e fecundo processo de preparação motivado pela identificação e sistematização de casos emblemáticos que expressam as variadas formas de resistência das camadas populares em suas diferentes expressões socioculturais e sua capacidade de gerar propostas alternativas ao modelo de desenvolvimento hegemônico em nosso país. Vindos de todas as regiões do país, esses casos iluminaram nossos debates durante esses três dias e fundamentam a manifestação política que apresentamos. Ao alimentar esse padrão de desenvolvimento, o governo Dilma inviabiliza a justa prioridade que atribuiu ao combate à miséria em

nosso país. Tendo como eixo estruturante o crescimento econômico pela via da exportação de commodities, esse padrão gera efeitos perversos que se alastram em cadeia sobre a nossa sociedade. No mundo rural, a expressão mais visível da implantação dessa lógica econômica é a expropriação das populações de seus meios e modos de vida nesta carta.

Ao alimentar esse padrão de desenvolvimento, o governo Dilma inviabiliza a justa prioridade que atribuiu ao combate à miséria em nosso país. Tendo como eixo estruturante o crescimento econômico pela via da exportação de commodities, esse padrão gera efeitos perversos que se alastram em cadeia sobre a nossa sociedade. No mundo rural, a expressão mais visível da implantação dessa lógica econômica é a expropriação das populações de seus meios e modos de vida, acentuando os níveis de degradação ambiental, de pobreza e de dependência desse importante segmento da sociedade a políticas sociais compensatórias. Esse modelo, que se faz presente desde o início de nossa formação histórica, ganhou forte impulso nas últimas décadas com o alinhamento dos seguidos governos aos projetos expansivos do capital internacional. Materialmente, ele se ancora na expansão do agronegócio e em grandes projetos de infraestrutura implantados para favorecer a extração e o escoamento de riquezas naturais para os mercados globais.

Os casos emblemáticos que subsidiaram nossos diálogos demonstram a essência violenta desse modelo que viola o “direito de ficar”, desterritorializando as populações, o que significa subtrair delas a terra de trabalho, o livre acesso aos recursos naturais, suas formas

de organização econômica e suas identidades socioculturais. Os movimentos massivos de migração compulsória, daí decorrentes, estão na raiz de um padrão de distribuição demográfica insustentável e que cada vez mais converte as cidades em polos de concentração da pobreza, ao passo que o mundo rural vai se desenhando como um cenário de ocupação do capital e de seu projeto de uma agricultura sem agricultoras e agricultores.

A progressiva deterioração da saúde coletiva é o indicador mais significativo das contradições de um modelo que alça o Brasil a uma das principais economias mundiais ao mesmo tempo em que depende da manutenção e seguida expansão de políticas de combate à fome e à desnutrição. Constatamos também que esse modelo se estrutura e acentua as desigualdades de gênero, de geração, de raça e etnia.

Nossas análises convergiram para a constatação de que os maiores beneficiários e principais indutores desse modelo são corporações transnacionais do grande capital agroindustrial e financeiro. Apesar de seus crescentes investimentos em marketing social e verde, essas corporações já não conseguem ocultar suas responsabilidades na produção de uma crise de sustentabilidade planetária que atinge inclusive os países mais desenvolvidos e que se manifesta em desequilíbrios sistêmicos expressos no crescimento do desemprego estrutural, na acentuação da pobreza e da fome, nas mudanças climáticas, na crise energética e na degradação acelerada dos recursos do ambiente.

A multiplicação dessas iniciativas de defesa de territórios, promoção da justiça ambiental e de denúncia dos conflitos socioambientais estão na raiz do recrudescimento da violência no campo que assisti-

mos nos últimos anos. O assassinato de nossos companheiros e companheiras nessas frentes de luta é o mais cruel e doloroso tributo que o agronegócio e outras expressões do capital impõem aos militantes do povo e ao conjunto da sociedade com suas práticas criminosas.

Nossos diálogos procuraram construir convergências em torno de temas que mobilizam as práticas de resistência e de afirmação de alternativas para a sociedade.

Os diálogos sobre **reforma agrária, direitos territoriais e justiça ambiental** responsabilizaram o Estado face ao quadro de violência com assassinatos, expulsão e deslocamentos compulsórios de populações pela ação dos grandes projetos como as hidrelétricas, expansão das monoculturas e o crescimento da mineração; a incorporação de áreas de produção de agrocombustíveis, reduzindo a produção de alimentos; a pressão sobre as populações que ocupam tradicionalmente áreas de florestas, ribeirinhas e litorâneas, como os mangues, os territórios da pesca artesanal, com a desestruturação de seus meios de vida e ameaça ao acesso à água e à soberania alimentar.

As convergências se voltaram para a reafirmação da centralidade da luta pela terra, pela reforma agrária e pela garantia dos direitos territoriais das populações. O direito à terra está indissociado da valorização das diferentes formas de viver e produzir nos territórios, reconhecendo a contribuição que povos e populações tradicionais oferecem à conservação dos ecossistemas; do reconhecimento dos recursos ambientais como bens coletivos para o presente e o futuro;

e os direitos das populações do campo e da cidade a uma proteção ambiental equânime. Convergimos ainda na afirmação de que o direito à terra e os direitos à água, à soberania alimentar e à saúde estão fortemente associados.

Reconhecemos a importância da mobilização em apoio ao Movimento Xingu Para Sempre em defesa da vida e do Rio Xingu, considerado como um exemplo emblemático de luta de resistência ao atual modelo de desenvolvimento. Defendemos o fortalecimento da articulação dos atingidos pela empresa Vale e as propostas que combinem a gestão ambiental com a produção agroecológica, a exemplo de experiências inovadoras dos movimentos sociais em assentamentos da Reforma Agrária.

No debate sobre **mudanças climáticas, seus impactos, mecanismos de mercado e a agroecologia como alternativa**, recusamos que a proposta agroecológica seja apropriada como mecanismo de compensação, seja ele no invisível e inseguro mercado de carbono, seja em REDD, REDD+, REDD++ (redução das emissões por desmatamento e degradação) ou ainda dentro do pagamento de serviços ambientais. A Rio +20 engendra e consolida a chamada “economia verde”, que pode significar uma apropriação, pelo capitalismo, das alternativas construídas pela agricultura familiar e camponesa e pela Economia Solidária, reduzindo a crise socioambiental a um problema de mercado.

Ao debater os impactos da expansão dos monocultivos para agrocombustíveis e padrões alternativos de produção e uso de energia

no mundo rural, os diálogos apontaram que a energia é estratégica como elemento de poder e autonomia dos povos, mas está diretamente ligada ao modelo (hegemônico e falido) de consumo, produção e distribuição. A produção de agrocombustíveis, baseada na monocultura, na destruição do ambiente, na violação dos direitos e injustiças sociais e ambientais, associa-se ao agronegócio e ameaça a soberania alimentar.

A Agroecologia não é uma simples prestadora de serviços, contratualizada com setor privado. Ela reúne nossas convergências no campo e na cidade, trabalhando com gente como fundamento. É possível financiar a Agroecologia a partir da contaminação, escravidão, racismo e acumulação cada vez maior do capital? É possível fazer um enfrentamento a partir do pagamento de serviços ambientais por contratos privados, parcerias público-privadas?

As políticas públicas sistematicamente desvirtuam as propostas calcadas nas experiências populares, colocando as cooperativas e iniciativas da agricultura familiar na lógica da competição de mercado e em patamar desigual em relação às corporações, tal qual ocorre nas áreas de geração de energia elétrica, segurança alimentar, ciência e tecnologia ou mesmo da Economia Solidária.

Nas políticas para os agrocombustíveis, a agricultura familiar é inserida como mera fornecedora de matérias-primas e o modelo de integração é dominante, mascarando o arrendamento e assalariamento do campesinato e embutindo o pacote tecnológico da revolução verde através das políticas de crédito, assistência técnica

e extensão rural. O diálogo do governo com os movimentos sociais se precariza pela setorização e atomização das relações, enquanto a mistura de interesses e operações entre MDA e Petrobrás acaba por legitimar o canal de negociação empresarial no marco de uma política pública.

As experiências de produção descentralizada de energia e alimentos apontam como soluções reais aquelas articuladas por organizações e movimentos sociais que integram as perspectivas da agroecologia, da soberania alimentar e energética, da Economia Solidária, do feminismo e da justiça social e ambiental, e são baseadas na forte identidade territorial e prévia organização das comunidades.

Estas iniciativas têm em comum a diversificação da produção e dos mercados e a prioridade no uso dos recursos, dos saberes e dos espaços de comercialização locais. Estão sob o controle das (os) agricultoras (es) e têm autonomia frente às empresas e ao Estado. Articulam-se a programas e políticas públicas diversas como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), não apenas ao Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB). Os processos de transformação estão sob o domínio das organizações em toda a cadeia produtiva, e há diversificação da produção de alimentos, de matriz energética e coprodutos, para além e como consequência da produção de combustível. As formas de produção estão em rede e têm capacidade de se contrapor aos sistemas convencionais como premissa de sua permanência no território.

Com base nestes princípios e lições, as políticas públicas para a promoção da produção de energia e alimentos devem ter: um marco

legal diferenciado para a agricultura familiar; promover a produção e uso diversificado de óleos, seus coprodutos e outras culturas, adequadas à diversidade cultural e biológica regional; atender à demanda de adequação e desenvolvimento de tecnologia e equipamentos apropriados, acompanhada de processos de formação e de redes de inovação nas universidades; além de proporcionar autonomia na distribuição e consumo local de óleos vegetais, biodiesel e álcool.

Os diálogos sobre os **agrotóxicos e transgênicos, articulando as visões da justiça ambiental, saúde ambiental e promoção da agroecologia**, responsabilizaram o Estado pelas políticas de ocultamento de seus impactos expressas nas dificuldades de acesso aos dados oficiais de consumo de agrotóxicos e de laudos técnicos sobre casos de contaminação; na liberação de Organismos Geneticamente Modificados (OGMs) sem debate democrático com a sociedade e sem atender ao princípio da precaução; na frágil vigilância e fiscalização trabalhista, ambiental e sanitária; na dificuldade do acesso aos laboratórios públicos para análise de amostras de contaminação por transgênicos e por agrotóxicos no ar, água, alimentos e sangue; terminando por promover um modelo de desenvolvimento para o campo que concentra terra, riqueza e renda, com impactos diretos nas populações mais vulneráveis em termos socioambientais.

Há um chamamento para que o Estado se comprometa com a apuração das denúncias e investigação dos crimes, a exemplo do assassinato do líder comunitário José Maria da Chapada do Apodi, no Ceará; com a defesa de pesquisadores criminalizados por visibi-

lizar os impactos dos agrotóxicos e por produzir conhecimentos compartilhados com os movimentos sociais; com políticas públicas que potencializem a transição agroecológica – facilitando o acesso ao crédito, à assistência técnica adequada e que reconheça os conhecimentos e práticas agroecológicas das comunidades camponesas.

Não há possibilidade de convivência entre o modelo do agronegócio e o modelo da agroecologia no mesmo território, porque o desmatamento e as pulverizações de agrotóxicos geram desequilíbrios nos ecossistemas afetando diretamente as unidades agroecológicas.

As políticas públicas devem estar atentas aos impactos dos agrotóxicos nas mulheres (abortos, leite materno, etc.) pois estas estão expostas de diferentes formas, que vão desde o trabalho nas lavouras até o momento da lavagem da roupa dos que utilizam os agrotóxicos. O uso seguro dos agrotóxicos e transgênicos é um mito e um paradigma que precisa ser desconstruído.

É fundamental a convergência de nossas ações com a Campanha Nacional Permanente Contra os Agrotóxicos e pela Vida, ampliando os diálogos e convergências com os movimentos sociais do campo e da cidade, agregando novas redes que não estiveram presentes nesse Encontro de Diálogos e Convergências. Temos que denunciar esse modelo do agronegócio para o mundo e buscar superá-lo por meio de políticas públicas que possam inibir o uso de agrotóxicos e

transgênicos, a exemplo da proibição da pulverização aérea, ou, ainda, direcionando os recursos oriundos dos impostos dos agrotóxicos, cuja produção e comercialização são vergonhosamente subsidiadas pelo Estado. O fim dos subsídios contribuiria para financiar o SUS e a agroecologia.

Com relação aos **direitos dos agricultores, povos e comunidades tradicionais ao livre uso da biodiversidade**, constatamos que está em curso, nos territórios, um processo de privatização da terra e da biodiversidade manejada pela produção familiar e camponesa, povos e comunidades tradicionais. Tal privatização é aprofundada pela flexibilização do Código Florestal, que é uma grande ameaça e abre caminhos para um processo brutal de destruição ambiental e apropriação de terra e territórios pelo agronegócio.

A privatização das sementes e mudas, dos conhecimentos tradicionais e dos diversos componentes da biodiversidade vem se dando de forma acelerada, com o Estado cumprindo um papel decisivo na mediação (regulamentação e políticas públicas) dos contratos estabelecidos entre empresas e comunidades, representando sérios riscos aos direitos ao livre uso da biodiversidade.

Causa grande preocupação que as questões nacionais sobre conservação e uso da biodiversidade estejam sendo discutidas e encaminhadas sem a participação efetiva das populações diretamente atingidas, estando sujeitas a agendas internacionais como a Rio +20. Consideramos uma violação a atual forma de “consulta” sobre importantes instrumentos legais e de política concentrada em poucos atores e de questionável representatividade.

Experiências presentes nesse encontro demonstram avanços e se fortalecem a partir da legitimidade de suas práticas e aproveitando as brechas existentes na legislação. Este é o caso, por exemplo, dos bancos comunitários de sementes no semiárido; da produção de sementes agroecológicas a partir de variedades de domínio público; da autorregulação dos conhecimentos tradicionais sobre as plantas medicinais do cerrado; da constituição de um fundo público das quebradeiras de coco babaçu através da repartição de benefícios que reconhece o conhecimento tradicional associado.

É necessário aprofundar a organização das agricultoras e dos agricultores, extrativistas, povos e comunidades tradicionais em seus territórios, de forma a fortalecer os princípios e ações de cooperativismo e suas interlocuções com as redes regionais, estaduais e nacionais como estratégia de resistência e construção de alternativas. A geração de alternativas econômicas é crucial neste contexto. A apropriação do debate em torno dos direitos pode facilitar e fortalecer o diálogo de nossas redes e movimentos com a sociedade civil de modo geral, de modo a visibilizar a importância dos modos de vida destas comunidades para a garantia de direitos humanos, como o direito à alimentação adequada e saudável.

Nos diálogos sobre **Soberania Alimentar e Nutricional, Economia Solidária e Agroecologia**, as experiências apontaram o grande acúmulo na construção de alternativas ao atual modelo agroalimentar, que garantam, de forma articulada, a soberania alimentar e nutricional, a emancipação econômica dos trabalhadores e trabalhadoras nos territórios, em especial as mulheres, a pro-

moção da saúde pública e a preservação ambiental. Constatou-se que estas iniciativas contribuem com a construção concreta e material de propostas diferenciadas de desenvolvimento, calcadas nas realidades, cultura e autonomia dos sujeitos dos territórios e orientadas para a justiça socioambiental, a democracia econômica e o direito à alimentação adequada.

Estes acúmulos se expressam através da existência e resistência de dezenas de milhares de empreendimentos e iniciativas de Economia Solidária e Agroecologia, especialmente quando articuladas e organizadas em redes e circuitos de produção, comercialização e consumo, que aproximam produtores e consumidores e fortalecem a economia e cultura locais, num enfrentamento à desterritorialização e desigualdades de gênero, raça e etnia inerentes ao atual padrão hegemônico de produção e distribuição agroalimentar.

Constatou-se que os programas de alimentação escolar (PNAE) e de aquisição de alimentos (PAA), assim como o reconhecimento constitucional do direito à alimentação e a implantação do Sistema e Política de Segurança Alimentar e Nutricional, são conquistas importantes para a agricultura familiar e camponesa. Por outro lado, de forma paradoxal, o Estado tem apoiado fortemente o agronegócio, através da subordinação de sua ação a interesses do capital, e da falta de um horizonte e estratégia definidos de expansão do orçamento do PAA e do PNAE.

As vivências e experiências denunciam também a grande quantidade de barreiras ao acesso das iniciativas e empreendimentos de

Economia Solidária e Agroecologia às políticas públicas e ao mercado. Tais barreiras se expressam em uma legislação e inspeção sanitárias e tributárias incompatíveis às realidades das (os) produtoras (es) e trabalhadoras (es) associadas (os), em especial no processamento e agroindustrialização de polpas, doces e alimentos de origem animal. Estas barreiras, somadas à burocratização na aquisição da Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP) e a uma ofensiva de setores empresariais que têm denunciado à ANVISA empreendimentos produtivos assim que estes começam a se fortalecer, têm impedido o escoamento da produção dentro e fora do município e o acesso ao PAA e ao PNAE. O direito à organização do trabalho e da produção de forma associada só existirá com a conquista de garantias e condições legislativas, tributárias e de financiamento que sejam justas.

Os diálogos apontaram também a luta pelo consumo responsável, solidário e consciente como um campo importante de convergência entre as redes e movimentos e como um desdobramento concreto deste Encontro, através da construção conjunta de um diálogo pedagógico com a sociedade, tanto denunciando os impactos e danos dos alimentos vindos do agronegócio e contaminados com agrotóxicos, o que exige a regulação da publicidade de alimentos, quanto anunciando as alternativas disponíveis na Agroecologia e na Economia Solidária.

## EM BUSCA DE NOVOS CAMINHOS

Os exercícios de diálogos que estamos realizando há dois anos (2009-2011) e os excelentes resultados a que chegamos em nosso

encontro reiteram a necessidade de fortalecermos nossas alianças estratégicas e renovarmos nossos métodos de ação convergente. As experiências que ancoraram nossas reflexões deixam claro que os temas que identificam as bandeiras de nossas redes e movimentos integram-se nas lutas do cotidiano que se desenvolvem nos campos e nas cidades contra os mecanismos de expropriação impostos pelo capital e em defesa dos territórios.

Evidenciam, assim, a necessidade de intensificarmos e multiplicarmos as práticas de diálogos e convergências desde o âmbito local, onde as disputas territoriais materializam-se na forma de conflitos socioambientais, com impacto na saúde das populações, até níveis regionais, nacionais e internacionais, fundamentais para que as causas estruturais do atual modelo hegemônico sejam transformadas.

A natureza local e diversificada de nossas lutas vem até hoje facilitando as estratégias de sua invisibilização pelos setores hegemônicos e beneficiários do modelo. Esse fato nos indica a necessidade de atuarmos de forma articulada, incorporando formas criativas de denúncia, promovendo a visibilidade dos conflitos e das proposições que emergem das experiências populares.

Uma das linhas estratégicas para a promoção dos diálogos e convergências é a produção e disseminação de conhecimento sobre as trajetórias históricas de disputas territoriais e suas atuais manifestações. Nesse sentido, as alianças com o mundo acadêmico devem ser reforçadas também como parte de uma estratégia de

reorientação das instituições do Estado, no sentido destas reforçarem as lutas pela justiça social e ambiental.

Estimulamos a elaboração e uso de mapas que expressem as diferentes dimensões das lutas territoriais pelos seus protagonistas como uma estratégia de visibilização e articulação entre nossas redes e movimentos. O Intermapas já é uma expressão material das convergências.

Outra linha estratégica fundamenta-se em nossa afirmação de que a comunicação é um direito das pessoas e dos povos. Reafirmamos a importância, a necessidade e a obrigação de nos comunicarmos para tornar visíveis nossas realidades, nossas pautas e nosso projeto de desenvolvimento para o país. A mudança do marco regulatório da mídia é condição para a democratização dos meios de comunicação. Repudiamos as posturas de criminalização e as formas de representação que a mídia hegemônica adota ao abordar os territórios, modos de vida e lutas. Contestamos a produção da invisibilidade nesses meios de comunicação. O Estado deve se comprometer a financiar nossas mídias, inclusive para que possamos ampliar projetos de formação de comunicadores/as e de estruturação dos nossos próprios veículos de comunicação. As mídias públicas devem ser veículos para comunicar aprendizados de nossas experiências, proposições e campanhas. Por uma comunicação livre, democrática, comunitária, igualitária, plural e que defenda a vida acima do lucro.

Nossos diálogos convergem também para a necessidade do reconhecimento das mulheres como sujeito político, a importância de sua auto-organização e a centralidade do questionamento da divisão sexual do trabalho que desvaloriza e separa trabalho das mulheres em relação ao dos homens, assim negando a contribuição econômica da atividade doméstica de cuidados e a produção para o autoconsumo. Convergimos na compreensão do

sentido crítico do pensamento e ação feministas para ressignificar e ampliar o sentido do trabalho e sua centralidade para a produção do viver.

A apropriação do feminismo como ferramenta política contribuirá para recuperar e visibilizar as experiências, os conhecimentos e as práticas das mulheres na construção da agroecologia, da Economia Solidária, da justiça ambiental e para garantir sua autonomia econômica.

Mas a história também mostra que o permanente exercício da violência dos homens contra as mulheres é um poderoso instrumento de dominação e controle patriarcal que fere a dignidade das mulheres e impede a conquista de sua autonomia, e as exclui dos espaços de poder e decisão. A violência contra as mulheres não é agroecológica, não é solidária, não é sustentável, não é justa. Por isso é fundamental que as redes que estão organizando o Encontro Nacional de Diálogos e Convergências assumam a erradicação da violência contra as mulheres como parte de um novo modelo de produção e consumo, que deve ter como um eixo fundamental a construção de novas relações humanas baseadas na igualdade.

O papel do Estado democrático é o de construir um país de cidadãos e cidadãs, promover e defender a organização da sociedade civil e de estabelecer com ela relações que permitam à sociedade reconhecer nas instituições a expressão do compromisso com o público e com a sustentabilidade. Esse princípio é contraditório com qualquer prática de criminalização dos movimentos e organizações que lutam por direitos civis de acesso soberano aos territórios e seus recursos.

As redes e movimentos promotores deste Encontro saem fortalecidos e têm ampliadas suas capacidades de expressão pública e ação política. Estamos apenas no início de um processo que se desdobrará em *ambientes de diálogos e convergências* que se organizarão a partir dos territórios, o lugar onde nossas lutas se integram na prática.

Salvador, 29 de setembro de 2011.

### SUGESTÃO DE ATIVIDADE

Estivemos juntos, enquanto Economia Solidária, no Encontro Diálogos e Convergências e no seu processo de construção. Afirmamos a importância da articulação entre os movimentos sociais para a consolidação de um projeto de sociedade fundamentado no território e que tenha a vida acima do lucro.

Como proposta de encerramento deste percurso, sugere-se que o coletivo (fórum, rede, empreendimento, organização) leia a Carta de Salvador em grupos: todos os grupos devem ler os dois primeiros parágrafos que contextualizam o Diálogos e Convergências. Para favorecer a leitura e debate, cada grupo poderá ler uma parte da carta e trazer para o coletivo o que considerou mais significativo na leitura.

Tendo como objetivo planejar o trabalho conjunto com outros movimentos no território, o coletivo depois de ler e discutir a Carta, poderá identificar quais os movimentos sociais e organizações populares que existem no território (seja comunidade, município, região

ou outro formato de território que for definido pelo coletivo). E, a partir deste mapeamento, o coletivo deve debater e buscar consensos sobre:

- Quais as convergências que já estão acontecendo entre Economia Solidária e outros movimentos?
- Quais são os diálogos que o coletivo pode buscar com outros movimentos para ampliar as convergências?
- Quais as ações estratégicas a serem realizadas no território pelos movimentos sociais (de denúncia, resistência e proposição de alternativas)?
- Quais as contribuições mais importantes que a Economia Solidária pode trazer para a concretização destas ações estratégicas?

Todo este debate deverá ser registrado para que, a partir dele, seja possível elaborar um planejamento do coletivo para favorecer diálogos e convergências no território e, a partir do território, provocar a reflexão e ação na sociedade de maneira mais ampla.

Lembramos que a atividade precisa ser preparada antecipadamente e que a criatividade e acolhida desde o início até o fechamento do encontro é muito importante. Partilhem as responsabilidades para organizar e realizar o encontro, tendo a aprendizagem coletiva, a autogestão, cooperação, curiosidade e vontade de transformar o território e o mundo em lugar de bem viver como prática e princípio de nossa ação.